FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA EM CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS - FUCAPE

LUIZA FERRAZ TELLES FRANÇA

DISCLOSURE DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES NAS DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS PATRIMONIAIS DOS ESTADOS BRASILEIROS E DISTRITO FEDERAL

VITÓRIA

2016

FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA EM CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS - FUCAPE

DISCLOSURE DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES NAS DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS PATRIMONIAIS DOS ESTADOS BRASILEIROS E DISTRITO FEDERAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Profº. Dr. Valcemiro Nossa

VITÓRIA

2016

LUIZA FERRAZ TELLES FRANÇA

DISCLOSURE DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES NAS DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS PATRIMONIAIS DOS ESTADOS BRASILEIROS E DISTRITO FEDERAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante, na linha de pesquisa Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Aprovada em 27 de Janeiro de 2016

Comissão Julgadora da Defesa

_____

Prof. Dr. Valcemiro Nossa

Orientador Presidente

_____

Prof. Dr. Danilo Soares Monte-mor

FUCAPE

_____

Profa. Dra. Arilda Magna Campagnaro Teixeira

FUCAPE

Para minha mãe, Anna Geruzia Bittencourt Ferraz, que mesmo não estando mais aqui fisicamente, faz parte da concretização desse sonho.

"*Aonde quer que eu vá, levo você no olhar*."

H. Vianna

AGRADECIMENTOS

Tudo o que sou, tudo o que tenho, tudo o que faço, recebo das mãos do meu amado Senhor. Todo louvor, honra e glória sejam dados ao nome que está acima de todos os nomes, Jesus Cristo, meu Salvador e de todo aquele que o invocar.

Ao meu esposo, Leonardo, que nesse processo de amadurecimento e crescimento pessoal me mostrou mais uma vez que é o companheiro de uma vida, presente sempre, apoiando, incentivando e em muitos momentos até financiando.

Aos meus filhos, João Ricardo, Anna Tereza e Maria Luiza, que são, e sempre serão a minha inspiração.

As minhas irmãs Virgínia, Valéria e Juliana pelo amor e pelas orações, que me sustentaram nas viagens à Vitória.

Aos colegas do mestrado, em especial a Neide e Viviane, companheiras nesta jornada. Palavras são insuficientes para agradecer o carinho, cuidado e paciência que sempre demonstraram para comigo. Essa amizade forjada nas alegrias e dificuldades se manterá forte para sempre, tenho certeza.

Ao meu orientador, Profº. Dr. Valcemiro Nossa, pelo profissionalismo, dedicação, pelos incentivos e principalmente per ter, desde o primeiro contato, acreditado na importância desse estudo.

Aos professores João Eudes Bezerra Filho, Danilo Mont-Mor, Fábio Moraes, Marcelo Pagliarussi, Fernando Caio Galdi, Arilda Teixeira, André Ricardo Silva, Breno Spindola, Marilson Dantas, Mateus Albergaria e Juliano Pinheiro, pelo privilégio de desfrutar dos ensinamentos, orientações e troca de experiências. Ilustres mestres, que sempre me acompanharão.

Aos funcionários da FUCAPE pela forma sempre cordata e colaborativa com que fui atendida.

A UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, na pessoa do Magnífico Reitor Paulo Roberto Pinto Santos, pelo apoio recebido. Minha imensa satisfação por fazer parte desta honrada instituição foi uma das principais motivações para vencer esse desafio.

“*Quanto melhor é adquirir a sabedoria do que o ouro! E mais excelente, adquirir a prudência do que a prata!*”

Provérbios 16:16

RESUMO

O objetivo proposto neste estudo foi avaliar a relação de características financeiras e socioeconômicas dos entes públicos com o *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes apresentados nas demonstrações patrimoniais dos estados brasileiros e do Distrito Federal. Como embasamento para a análise dos dados foram utilizadas a teoria da divulgação voluntária e obrigatória, a transparência e os normativos vigentes sobre o tema estudado. A divulgação de informações é fonte importante na promoção da transparência e os normativos, fundamento da divulgação obrigatória, dão início a cultura de divulgação voluntária. O Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais e as Notas Explicativas dos anos de 2011 a 2014 dos entes foram analisados por meio da aplicação de um *checklist* de referência. A partir dos resultados encontrados foi estabelecido *rankings* da qualidade do *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes. Os resultados apurados pela pesquisa revelam uma qualidade de *disclosure* baixa, porém apontaram para a melhoria da qualidade nesse período. Foram testadas treze variáveis, os resultados encontrados sugerem que os estados com maior arrecadação de receitas próprias, com maior densidade demográfica e maiores níveis de endividamento tendem a divulgar mais informações sobre os passivos estudados, enquanto os estados com maiores índices da população com acesso à internet tendem a divulgar menos informação sobre provisão e passivos contingentes.

Palavras-chave: *Disclosure*. Provisões. Passivos contingentes. Setor público.

ABSTRACT

The objective proposed in this study was to evaluate the financial and socioeconomic characteristics of public entities with the disclosure provisions and contingent liabilities presented in the balance statements of Brazilian states and the Federal District. As a basis for data analysis werw used the theory of voluntary and mandatory disclosure, transparency and the current regulations on the subject studied. Disclosure of information is an important source in promoting transparency and regulatory, mandatory disclosure of the foundation, initiate the voluntary disclosure culture. The Balance Sheet, the Statement of Changes in Equity and Notes to the years 2011-2014 of entities were analyzed by applying a checklist. From the results it was established disclosure quality rankings provisions and contingent liabilities. The results obtained by the survey reveal a disclosure low quality, but pointed to the improvement of quality in this period. Thirteen variables were tested, the results suggest that the states with the largest collection of own revenues, with higher population density and higher debt levels tend to disclose more information on liabilities studied, while the states with the highest rates of population with internet access they tend to disclose less information provision and contingent liabilities.

Keywords: Disclosure. provisions. contingent liabilities. public sector.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Qualidade do *Disclosure* 48
Tabela 2 – Qualidade do *Disclosure* (Dez maiores médias) 49
Tabela 3 – Ranking da Qualidade do *Disclosure* dos Cinco Melhores Entes de Cada Ano Estudado.....51
Tabela 4 – Teste de Média da Qualidade do *Disclosure* Antes e Depois da Aplicação do MCASP 5ª Edição 52
Tabela 5- Reconhecimento das Provisões no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das variações Patrimoniais.....53
Tabela 6 - Provisões de Longo Prazo reconhecidas no Balanço PatrimoniaL 55
Tabela 7 – Evidenciação das Provisões em Notas Explicativas.....57
Tabela 8– Evidenciação de Passivos Contingentes em Notas Explicativas.....59
Tabela 09 – Relação entre Provisões de Curto Prazo, Provisões de Longo Prazo e Provisões Matemáticas Previdenciárias e os Passivos Totais 61
Tabela 10 – Estatística Descritiva das Provisões nos Quatro Anos Estudados 62
Tabela 11– Evolução do Ativo, do Passivo, das Provisões Totais e das Provisões Matemáticas Previdenciárias nos Anos Estudados.....63
Tabela 12 – Constituição e Reversão de Provisões na Demonstração das Variações Patrimoniais.....66
Tabela 13 – Estatística descritiva das Variáveis Financeiras Antes e Depois da Aplicação do MCASP 5ª Edição.....68
Tabela 14 – Estatística Descritiva das Variáveis Socioeconômicas.....69
Tabela 15 - Teste de Diferença de Média das Variáveis Financeiras 70
Tabela 16 – Regressão Linear 2011 a 2014 com Dummy de Tempo (*t*>2012).....72
Tabela 17 – Regressão Linear do Período de 2011 a 2014.....73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Qualidade do *Disclosure*.....49
Gráfico 2 – Histograma de Frequência da Qualidade do *Disclosure*.....50
Gráfico 3 – Qualidade do *Disclosure* Antes e Depois do MCASP 5ª Edição.....52
Gráfico 4 – Reconhecimento das Provisões no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais.....54
Gráfico 5 – Provisões de Longo Prazo reconhecidas no Balanço Patrimonial.....56
Gráfico 6 - Evidenciação das Provisões de Longo Prazo em Notas Explicativas.....58
Gráfico 7 – Evolução da Evidenciação dos Passivos Contingentes no Tempo do Estudo.....60
Gráfico 8 – Total das Provisões por Ano.....61
Gráfico 9 – Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias, por ano, das Entidades que Fizeram o Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis Patrimoniais.....62
Gráfico 10 – Relação das Provisões Totais e das Provisões Matemáticas Previdenciárias com o Passivo Total.....64
Gráfico 11– Relação das Provisões Totais e das Provisões Matemáticas Previdenciárias com o Ativo Total.....65
Gráfico 12 – Constituição e Reversão de Provisões na Demonstração das Variações Patrimoniais.....66
Gráfico 13 – Teste de Médias das Variáveis Financeiras (*Per Capta)*.....71

LISTA DE SIGLAS

BMF&Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
IAS – International Accounting Standards
IASB – International Accounting Standarts Board
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFRS – International Financial Reporting Standards
IPSAS – International Public Sector Accounting Standards
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NBC T SP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NE – Notas Explicativas
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD – Programa das nações unidas para o Desenvolvimento
PIPCP – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social
RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária
SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 13

2. REFENCIAL TEÓRICO **19**

2.1. TEORIA DA DIVULGAÇÃO 19

2.2. TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA 23

2.3. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES 25

3. METODOLOGIA **33**

3.1. DESCRIÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA 33

3.2. DESCRIÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS DE PESQUISA 37

3.2.1. Variável Dependente 37

3.2.1.1. Qualidade do *Disclosure* 37

3.2.2. Variáveis Inependentes 38

3.2.2.1. Receitas Orçamentárias *per capta* 38

3.2.2.2. Receitas Próprias *per capta* 38

3.2.2.3. Tamanho do Ativo *per capta* 39

3.2.2.4. Endividamento 40

3.2.2.5. Transferências Recebidas 41

3.2.2.6. PIB *per capta* 41

3.2.2.7. Índice de Desenvolvimento Humano 42

3.2.2.8. População 42

3.2.2.9. Densidade Demográfica 43

3.2.2.10. Renda Mensal *per capta* 44

3.2.2.11. Escolarização 44

3.2.2.12. Analfabetismo 45

3.2.2.13. Acesso à Internet 45
3.3. EQUAÇÃO DE REGRESSÃO.....46
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....48
4.1. ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO *CHECKLIST* 48
4.1.1. Estatística Descritiva do Checklist.....48
4.1.2. Estatística Descritiva das Provisões.....60
4.2. ANÁLISE DAS REGRESSÕES.....67
5. CONCLUSÕES 78
REFERÊNCIAS 83
APÊNDICES 91

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade vem passando por mudanças que caminham para a universalização dos padrões e normas que a norteiam (ALBUQUERQUE; BIZERRA, 2011, DE SOUSA et. al, 2012). No Brasil este processo teve início com a alteração no marco regulatório da contabilidade financeira a partir da publicação da Lei nº 11.638 de 2007, que trouxe importantes mudanças na Lei nº 6.404/76, entre elas a conformidade das normas brasileiras aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (MACEDO *et al.*, 2012).

Essas mudanças vêm atingindo a contabilidade tanto no setor privado quanto no setor público. Quanto ao setor público, no ano de 2008, foram publicadas as primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicadas ao Setor Público, as NBC-T SP 16 (PRIETRO; MARTINS, 2015).

Em 2009 houve a aprovação, por parte do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de diversos procedimentos aplicados ao Setor Público, tais como orçamentários, patrimoniais e específicos, além da aprovação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), todas essas alterações já traziam em seu bojo o entendimento das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC-T SP) e fizeram parte da 3ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, no ano de 2010 (ALBUQUERQUE; BIZERRA, 2011). Prietro e Martins (2015) destacam que as IPSAS, mesmo durante o período de transição entre o regime de caixa para o regime de competência, estimulam as entidades a buscar uma evidenciação voluntária de suas informações baseadas no regime de competência.

Neste contexto, a convergência é assunto em ascensão na atualidade e em constante evidência (MAPURUNGA *et al.*, 2011). As pesquisas na área de Contabilidade Aplicada ao Setor Público buscam demonstrar, explicar e testar as mudanças ocorridas nos processos e nas práticas contábeis desse campo de estudo. A divulgação das informações contábeis no setor público é matéria recorrente nos trabalhos pós-convergência. É por meio da evidenciação de informações contábeis, sociais e administrativas que a sociedade pode conhecer as atividades desenvolvidas pelas entidades públicas, além dos resultados obtidos (AVELINO *et al.*, 2012).

Albuquerque e Bizerra (2011) demonstram que houve mudanças em todos os Demonstrativos Contábeis Aplicados ao Setor Público, e destacam que essas mudanças visam promover uma maior transparência das contas públicas, partindo do princípio da padronização dos procedimentos nas três esferas de governo, buscando, assim, a garantia da consolidação das contas públicas com o objetivo de promover uma maior transparência. Entre os procedimentos que antes eram adotados somente no setor privado, e que, colaboram com a transparência nas contas públicas, os autores dão como exemplo o reconhecimento das provisões (ALBUQUERQUE & BIZERRA, 2011).

Albuquerque e Farias (2009) alegam que as provisões e os passivos contingentes são pouco conhecidos pelos usuários, apesar de grande parte das entidades possuírem tais passivos. Destacam a importância de conhecê-los, visto que dependendo do montante atribuído ao passivo contingente o impacto que poderá causar nas demonstrações contábeis patrimoniais pode ser grande. Para Oliveira *et al.* (2011) a evidenciação dos passivos contingentes e das provisões reduz o grau de incerteza e a assimetria informacional, além de contribuir para uma

melhoria da eficiência das entidades. O reconhecimento e a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes nas Demonstrações Contábeis Patrimoniais geram uma maior transparência, para tal devem ser precedidas de estudos que classifiquem e quantifiquem esses passivos de maneira que não haja omissão nem distorção dos itens divulgados (ALBUQUERQUE; FARIAS, 2009).

Baseado no exposto, o presente estudo propõe que se responda a seguinte questão de pesquisa: quais características dos entes públicos possuem relação com o *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes, apresentado nas Demonstrações Contábeis Patrimoniais dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal, nos anos de 2011 a 2014?

O objetivo geral desse trabalho é avaliar a influência de características financeiras e socioeconômicas dos entes públicos no *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes apresentados nas Demonstrações Contábeis Patrimoniais dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal nos anos de 2011 a 2014.

Nos últimos anos muitos trabalhos foram desenvolvidos sobre o tema *disclosure* nas entidades públicas, estes trabalhos estão mais focados na esfera municipal tais como Avelino *et al*, 2014; Palumbo e Zaporowski, 2012; Martani *et al*., 2014. Já as pesquisas com enfoque na esfera estadual e que buscam analisar o *disclosure* dos passivos contingentes, trabalham com dados divulgados em peças orçamentárias, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que segundo regra fiscal imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), traz em seu bojo a divulgação de passivos contingentes reconhecidos no exercício (ALMEIDA-SANTOS, SCARPIN; 2013).

Vieira (2010) destaca a vantagem de uma evidenciação integral dos passivos públicos podendo melhorar a estrutura de governança pública e incrementar a

accountability. Nesta evidenciação integral está incluída a divulgação nos demonstrativos patrimoniais das provisões e dos passivos contingentes, que compõe o escopo da presente pesquisa.

A base legal para a divulgação desses passivos encontra-se nas NBC T SP, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e na IPSAS 19. A NBC T SP 16.6 e NBC T SP 16.10 destacam as provisões como parte integrante do Balanço Patrimonial compondo o Passivo e a sua forma de constituição. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), na sua 5ª edição, publicado em 2012, aborda o conceito de provisões e passivos contingentes, o reconhecimento e mensuração desses elementos. A IPSAS 19 define provisões, passivos e ativos contingentes; identifica as formas de reconhecimento; sua mensuração e evidenciação; além de definir como devem ser divulgadas em notas explicativas. A sua aplicação deve ocorrer a partir do momento em que a entidade adota o regime de competência para fins de Demonstrações Contábeis (CFC, 2010). A utilização de normas contábeis apropriadas gera uma melhor divulgação das informações e propicia uma *accoutability* mais apurada (VIEIRA, 2010).

A portaria nº 437/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), alterada posteriormente pela portaria nº 753/2012, considera, entre outros aspectos, a necessidade de maior transparência sobre as contas públicas e estabelece prazos para que as três esferas de governo adotem os padrões estabelecidos pelo MCASP. A portaria estabeleceu ainda o exercício de 2013 como o prazo final para os Procedimentos Específicos e o exercício de 2014 para os Procedimentos Patrimoniais, incluindo entre esses a divulgação de provisões e de passivos contingentes.

Almeida-Santos (2015) destaca passivos contingentes como um dos temas mais inquietantes no meio governamental, por envolver a dívida pública, um problema que deve ser continuamente combatido por todas as esferas de governo, e em todas as nações. Vieira (2010) demonstra uma preocupação com os riscos fiscais envolvidos no endividamento público e a importância dos passivos nesse contexto, além de atribuir a falta de *disclosure* desse item como fator importante para o crescimento da dívida pública.

Os autores Daud e Podivinsky (2015) destacam que a economia mundial tem sido afetada pela crise da dívida pública, e afirmam que inicialmente algumas economias mais desenvolvidas foram atingidas, mas que mais recentemente as economias em desenvolvimento também vêem esse temor atingi-las. Considerando que o endividamento tornou-se, dessa forma, um tema de discussão importante e que muitos pesquisadores têm investigado o nível da dívida pública e os seus efeitos (DAUD; PODIVINSKY, 2015)

Outro tema altamente relevante tanto para a discussão corporativa, quanto para a acadêmica, é o *disclosure*, visto que é forma importante de comunicação entre os gestores e os usuários de informações contábeis (AVELINO *et al*., 2014). Para Verrecchia (2001) não existe um modelo central e abrangente da Teoria da Divulgação, e sim uma mescla de modelos que examinam a divulgação em pequenas partes. Murcia *et al* (2010) afirma que na realidade corporativa o termo *disclosure* está relacionado a transparência, ou a evidenciação de informações. E continua dizendo que a divulgação tanto pode ser obrigatória, quando parte de uma exigência legal, contratual ou normativa; quanto voluntária ou discricionária, quando se refere a informações complementares.

A relevância do tema *disclosure* fica evidente quando observada a quantidade e a qualidade dos estudos desenvolvidos nas academias com o objetivo de analisar fatores e características que o influencia ou que o determina. Podemos destacar os trabalhos de Pahuja, 2009; Murcia e Santos, 2009; Caetano *et al*., 2010; Cho *et al*., 2012; Iatrides, 2013; Guidry e Patten, 2012; Suave *et al*. , 2013; Chiu e Wang, 2014; Fonteles *et al*., 2014; Avelino *et al*., 2014; Degenhart *et al*., 2014; Da Silva, *et al*., 2014; Castro *et al*., 2015; Leal *et al*., 2015; Almeida-Santos, 2015.

O presente estudo contribui para a literatura sobre *disclosure* e especialmente na de divulgação de provisões e passivos contingentes no setor público, na medida em que aborda um tema ainda pouco explorado, avaliando o *disclosure* nas demonstrações contábeis patrimoniais. Além disso, ao utilizar como base de dados os Estados e o Distrito Federal, entes ainda pouco estudados no que tange a divulgação de informações patrimoniais, contribui para o aperfeiçoamento das demonstrações publicadas e para a melhoria da evidenciação das provisões e dos passivos contingentes. Além disso, por se tratar de passivos que possuem interferências futuras nas contas públicas, e por estar intimamente ligados a sustentabilidade das finanças públicas, Adam (2015) destaca o desafio de, através da utilização de diversos métodos de análise, quantificar esses passivos, para que sejam utilizados por acadêmicos e formuladores de políticas públicas como forma de enfrentar a turbulência econômica deflagrada pelo endividamento público.

Por fim, traz importante contribuição para a sociedade, pois através do conhecimento do estágio em que se encontra o *disclosure* de provisões e passivos contingentes no setor público brasileiro a sociedade terá uma ferramenta para o auxiliar na busca por mais transparência na gestão pública.

2. REFENCIAL TEÓRICO

2.1. TEORIA DA DIVULGAÇÃO

A contabilidade tem como objetivo principal gerar informações que sejam úteis aos seus usuários internos e externos (FRANCO *et al.*, 2014). Partindo desta afirmação é possível concluir o papel que a divulgação de informação exerce dentro da contabilidade e justifica o grande número de pesquisas que vem sendo desenvolvidas em todo o mundo buscando investigar a prática de divulgação de informação voluntária e obrigatória (PONTE *et al.*, 2007).

Na discussão sobre divulgação voluntária, Verrecchia (2001) afirma não haver um modelo central e abrangente da Teoria da Divulgação, mas que a literatura está caracterizada por uma mescla de modelos que se dedicam a examinar algum pequeno pedaço da divulgação, isso é agravado pelo fato da literatura sobre divulgação se estender por três áreas de conhecimento (contabilidade, finanças e economia) e que de maneira inevitável, assume características das três literaturas. Diante de tal cenário o autor busca, de maneira inicial propor uma teoria abrangente sobre o tema, classificando os diferentes modelos, e propondo uma taxonomia que engloba três categorias para o *disclosure* contábil: (i) divulgação baseada em associação; (ii) divulgação baseada em julgamento; e, (iii) divulgação baseada em eficiência (VERRECCHIA, 2001).

Esses conceitos de Verrecchia são explicados por Salotti e Yamamoto (2005), que afirmam que a primeira categoria inclui as pesquisas que tem como objetivo investigar a relação entre a divulgação e as mudanças de comportamento do investidor; a segunda compreende as pesquisas que identificam quais os motivos da divulgação e quais os incentivos a empresa tem para divulgar; e a terceira categoria

que abrange as pesquisas sobre quais configurações de divulgação são as preferidas ou mais eficientes.

Ayers; Schwab e Utke (2014) afirmam que dentro da literatura de divulgação as pesquisas que verificam a divulgação obrigatória atraem menos atenção que a divulgação voluntária, apesar dos estudos, em sua maioria, demonstrarem que as empresas cumprem os requisitos da divulgação obrigatória. E concluem dizendo que o cumprimento de requisitos de divulgação obrigatória consiste em incentivos que influenciam a divulgação voluntária.

Bischof e Daske (2013) concordam com esse pensamento quando afirmam que a divulgação obrigatória pode levar a um equilíbrio da divulgação voluntária, primeiro quando estabelece um sistema de comunicação, que poderá ser utilizado continuamente tornando as futuras divulgações menos dispendiosas; segundo quando os usuários utilizam as informações para reforçar suas convicções. Os autores afirmam ainda que a divulgação obrigatória inicial aumenta a probabilidade do *disclosure* voluntário nas futuras divulgações.

Existem limitações para a divulgação obrigatória, uma delas é, em alguns casos, a ambiguidade das normas, essa é considerada a principal fonte de não-divulgação, outra limitação encontrada pode ser a dificuldade de estimação da informação pela administração, por fim pode-se demorar a cumprir uma nova norma devido às incertezas em torno dos custos e das restrições pela falta de aplicação (AYERS; SCHWAB & UTKE, 2014).

Na contabilidade pública a evidenciação das informações tem sua importância reafirmada como instrumento de transparência, compreensibilidade dos dados divulgados que são pontos decisivos para a interação entre o usuário (cidadão) e as informações contábeis publicadas (FRANCO *et al.*, 2014). Avelino *et al.* (2014),

argumentam que para a administração pública o *disclosure* tem um papel de destaque, considerando que a transparência é uma condição necessária para a garantia da ordem democrática, posto que só haverá controle efetivo dos atos governamentais caso haja informação suficiente à sociedade. Eles acrescentam que a transparência não pode estar restrita a tornarem públicas as atividades desenvolvidas pelos governos, é necessário que as informações sejam claras, e nunca pareçam enganosas.

Franco *et al*. (2012) definem a evidenciação como sendo a disseminação de informação relevante e confiável acerca do desempenho da administração em suas várias esferas, tais como a operacional, financeira, dos riscos, entre outras.

A Constituição Federal de 1988 trata, em seu artigo 37, sobre a necessidade de transparência das informações referentes aos gastos públicos, a Lei nº 4.320/1964, traz no seu bojo determinações quanto a forma de divulgação dos Balanços e Demonstrações no Setor Público, a Lei nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, também trata em diversos dos seus artigos sobre a necessidade de transparência e de divulgação de informações com a finalidade de promover a participação popular e garantir o acesso da sociedade à informação (MACÊDO; KLANN, 2014).

A transparência só é efetiva quando a divulgação é compreensível para todo cidadão com clareza e simplicidade. É recomendado que as informações não se restrinjam às exigidas por lei (AVELINO *et al.*, 2014). No entanto não é o que se verifica em alguns estudos recentes em que os resultados encontrados demonstram que os itens mais divulgados são aqueles decorrentes de imposição legal (MACÊDO; KLANN, 2012), (AYERS; SCHWAB & UTKE, 2014), (PONTE *et al.*, 2007).

A literatura acadêmica sobre o tema *disclosure* é rica e abundante podendo-se citar uma infinidade de trabalhos publicados. Alguns desses trabalhos têm como escolha metodológica a análise de características, ou de determinantes da divulgação. Pode-se destacar o estudo de Rover *et al*. de 2012 que buscou identificar fatores que determinam a divulgação voluntária ambiental, utilizando como base de dados as empresas brasileiras potencialmente poluidoras e que confirmou quatro das sete hipóteses levantadas.

Cong e Freedman (2011) analisam as empresas que foram consideradas as mais poluidoras dos Estados Unidos. Para desenvolver a pesquisa examinaram a relação entre as boas práticas de governança corporativa com o *disclosure* do desempenho ambiental e encontraram resultados que mostraram a existência de relação positiva entre boa governança e a divulgação de dados ambientais.

Em 2010, Braga *et al*. produziram um trabalho cujo o objetivo foi avaliar empiricamente a influência de determinantes variáveis sobre o nível de divulgação ambiental de 108 empresas listadas na BM&FBovespa. Os resultados sugerem que das variáveis analisadas, tamanho, riqueza criada e natureza da atividade exerceram influência direta e significativa sobre o nível de divulgação.

A pesquisa de Leal *et al*. (2015) que objetivou investigar os fatores que influenciavam a divulgação de passivos e contingentes ambientais pelas empresas brasileiras de alto impacto ambiental. Concluiu que principalmente as motivações externas são significativas para explicar a divulgação.

Um estudo direcionado ao setor público foi feito em 2011 por Avelino *et al*., que teve como objetivo construir um índice de *disclosure* dos estados brasileiros e do Distrito Federal, para posteriormente fazer uma relação desse índice com o número de habitantes e com o volume de recursos arrecadados por cada ente

pesquisado. Os resultados demonstraram que os estados com melhor índice de *disclosure* foram São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais, e que existe uma relação significativa entre o nível de divulgação e as variáveis analisadas.

2.2. TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

Para Abrucio e Loureiro (2004) a definição de democracia está baseada em três pilares: (i) o governo deve emanar da vontade do povo, (ii) os governantes devem prestar contas a população, e (iii) o Estado deve ter sua ação delimitada por regras que garantam a defesa dos direitos básicos de cada cidadão. Esses pilares podem ser considerados o que o mundo contemporâneo busca como forma de garantir a *accountability* democrática, ou seja, a responsabilização do Poder Público em relação à sociedade. Para os autores, os controles exercidos pelos cidadãos só serão possíveis se houver transparência dos atos do Poder Público, e para tal, as informações devem ser confiáveis, relevantes e oportunas.

Kopts e Craug (1998) corroboram com esse pensamento ao afirmar que a transparência exige prestações de informações confiáveis sobre a política fiscal do governo, dados detalhados sobre as operações governamentais, incluindo documentos orçamentários abrangentes; regras claramente estabelecidas e transparentes, contratos públicos abertos; um código de conduta para seus funcionários e auditorias de desempenho divulgadas. Em todos os aspectos levantados a transparência está relacionada às boas praticas de governo.

Franco *et al*. (2012) afirmam que são evidentes as limitações na transparência governamental, limitações essas que estão relacionadas á terminologia utilizada e procedimentos técnicos inerentes às contas públicas. Os autores prosseguem dizendo que esse é o grande desafio para os profissionais e estudiosos da área,

concentrar esforços no sentido de buscar novas formas simples e variadas de se comunicar com a sociedade. Franco *et al.* (2012) também ressaltam as limitações que ainda estão vinculadas a transparência pública, limitações que se referem a disponibilização das informações e a possibilidade de leitura por parte do usuário. Batista (2010) chama a atenção para essas limitações, ao afirmar que o acesso a informação pública vai muito além da dimensão legal ou da reivindicação por esse direito, é necessário que se debata também as dimensões físicas, intelectuais. Eles comunicacionais da informação pública, pois só assim será possível constituir uma relação concreta entre o Estado e a sociedade.

A transparência é um tema que tem importância social, gerencial e financeira. A transparência é fundamental para diminuir a assimetria informacional que existe entre o governo e a população, e tem sido cada vez mais buscada pela administração pública, principalmente pelos meios eletrônicos disponíveis (AVELINO *et al.*, 2014). Em novembro de 2011, o Governo Federal editou a Lei nº 12.527, que ficou conhecida como Lei de Acesso a Informação que estabelece por meio do seu artigo 3º as diretrizes para que seja garantido a todo cidadão o seu direito fundamental a informação e que essa informação seja franqueada por intermédio de procedimentos ágeis e objetivos, de maneira clara, transparente e de fácil compreensão (art. 5º). A lei ainda destaca que todos os meios legítimos deverão ser utilizados, e torna obrigatória a publicação das informações por meio de sítios na internet (FRANCO *et al.*, 2014).

A publicação dessa lei é uma confirmação do que Abrucio e Loureiro (2004) já observavam em sua pesquisa, que a discussão teórica sobre *accoutability* começa a ser aperfeiçoada no Brasil e no mundo, saindo do patamar de apenas priorizar a confiança pública, para a busca por uma política de fiscalização do Poder Público

utilizando instrumentos que avaliem o desempenho governamental, focando na eficiência e na efetividade das políticas públicas. Além disso, a criação de norma específica pode dirimir o que Menezes e Peter (2014) definem como falta de comprometimento do setor público em evidenciar informações úteis a sociedade e ressaltam a necessidade de uma conscientização dos gestores como forma de viabilizar informações contábeis transparentes independente do caráter coercitivo da norma.

Cruz *et al.* (2012) analisou a relação entre características e índices socioeconômicos dos 96 municípios brasileiros com mais de cem mil habitantes e o nível de transparência de informações da gestão pública divulgadas nos portais dessas entidades. A conclusão dessa pesquisa foi que de modo geral houve associação positiva entre os índices socioeconômicos e o nível de transparência apresentado.

Para Pinho (2008) os portais governamentais ainda podem melhorar muito no que tange a comunicação e disponibilidade de informações. No seu trabalho ele concluiu que não existe um canal aberto para dialogar com a população, falta interatividade, o governo é emissor de informação, enquanto a sociedade um receptor passivo, e que a *accountability* fica limitada ao que é estabelecido em lei.

2.3. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A Resolução do CFC Nº 1.137/08 aprovou a NBC T 16.10, que trata da avaliação e mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, estabelecendo critérios e procedimentos. No parágrafo onze da referida norma fica estabelecido que, as provisões passivas devem ser constituídas com base em estimativas, pelos prováveis valores de reconhecimento (BEZERRA FILHO, 2015).

Bezerra Filho (2015) citando a Resolução do CFC nº 1.111/2013, que interpreta os princípios de contabilidade sob a perspectiva do Setor Público, mostra o enunciado do principio da prudência que “determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo”. Esse princípio é fundamental para o momento em que se fizerem estimativas em condições de incerteza, para que os passivos não sejam subestimados. O princípio da prudência é essencial para a aplicação correta e tempestiva das normas emanadas sobre o tema provisões e passivos contingentes, visto que estes sempre estão envoltos em incertezas.

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 5ª Edição, publicado em 2012 pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, traz a afirmação que o princípio da prudência adquire maior relevância nos momentos em que forem feitas estimativas, como ocorre no caso dos passivos contingentes, que representam obrigações possíveis que têm a sua existência vinculada a fatores que não podem ser previstos (Quadro 1 - Referências Normativas das Provisões e dos Passivos Contingentes).

Quadro 1 - Referências Normativas das Provisões e dos Passivos Contingentes

Procedimento Contábil Patrimonial	NBC TSP	MCASP 5ª edição	IPSAS
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes.	NBC T 16.10	Capítulo 10 da Parte II (PCP)	IPSAS 19
OBSERVAÇÂO: A NBC T 16.10 não trata especificamente do assunto. Limita-se a estabelecer regras gerais para créditos de entidades do setor público.			

Fonte: Elaborado pela autora com base no Plano de Implantação dos Procedimentos Patrimoniais da STN.

A tradução para o português da IPSAS 19 foi publicada, no Brasil, pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em 2010. Essa norma destaca a relação entre provisão e passivos contingentes, pois de maneira geral, todas as provisões são passivos contingentes, devido à incerteza quanto ao seu prazo e valor. Para

essa norma, porém, o termo “contingente” é utilizado para os passivos e ativos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento (Quadro 1 - Referências Normativas das Provisões e dos Passivos Contingentes). Assim, provisões são reconhecidas como passivos, pois são obrigações presentes e é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a obrigação (CFC, 2010).

O objetivo da IPSAS 19 é além de definir provisões, passivos e ativos contingentes, identificar as formas de reconhecimento, sua mensuração e evidenciação, e também definir como devem ser divulgadas em notas explicativas (CFC, 2010). Essa norma não difere muito da norma aplicada ao setor privado, o CPC 25, já que as duas normas são o resultado da tradução do IAS 37 – *Provisions, Contingent Liabillities and Contingent Assets do International Accounting Standarts Board* (IASB) (AVELINO *et al.*, 2014).

Quadro 2 – Provisões e Passivos Contingentes

São passivos que ocorrem como resultado de eventos passados e que possuem a probabilidade de uma saída de recursos no futuro: Provisões são obrigação presente; enquanto passivos contingentes são obrigações possíveis que serão confirmados pela ocorrência ou não de eventos futuros que independem do controle da entidade.		
Existe obrigação presente que possivelmente exigirá a saída de recursos.	**Existe obrigação possível ou obrigação presente que poderá, mas provavelmente não exigirá a saída de recursos.**	**Existe possível obrigação ou obrigação presente onde a possibilidade da saída de recursos é remota.**
A Provisão é reconhecida (IPSAS 19 parágrafo 22; CPC 25 parágrafo 14).	Nenhuma provisão é reconhecida (IPSAS 19 parágrafo 35; CPC 25 parágrafo 27).	Nenhuma provisão é reconhecida (IPSAS 19 parágrafo 35; CPC 25 parágrafo 27).
Evidenciações da provisão são necessárias (IPSAS 19 parágrafos 97 e 98, CPC 25 parágrafos 84 e 85).	Evidenciações do passivo contingente são necessárias (IPSAS 19 parágrafo 100; CPC 25 parágrafo 86).	A evidenciação não é necessária (IPSAS 19 parágrafo 100; CPC 25 parágrafo 86).
Um passivo contingente também surge em casos extremamente raros na existência de um passivo que não pode ser reconhecido porque não pode ser precisamente mensurado. Evidenciações sobre os passivos contingentes são exigidas.		

Fonte: Elaborado pela autora com base na IPSAS 19 , no CPC 25 e no MCASP 5ª Edição.

A II Parte do MCASP 5ª Edição, a IPSAS 19 e o CPC 25 trazem no corpo das suas normas o estabelecimento de regras para o reconhecimento e evidenciação das provisões e dos passivos contingentes, como pode ser observado no Quadro 2.

Em dezembro de 2014 foi publicado, através da portaria nº 700/2014 da STN, o MCASP 6ª Edição, com aplicação para todos os entes públicos a partir do exercício de 2015. No mês de setembro de 2015 a STN publicou a portaria nº 548/2015, que dispõe sobre os novos prazos-limite para a adoção pela União, estados, Distrito Federal e municípios, dos procedimentos patrimoniais. Essas regras estão dispostas no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), publicado anexo à portaria. O PIPCP estabelece novos prazos para a obrigatoriedade do reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência e da evidenciação dos passivos contingentes em contas de controle e notas explicativas. Para os estados e Distrito Federal o prazo estabelecido foi a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta decisão da Secretaria do Tesouro Nacional reforça a forma discricionária como vem sendo tratado o reconhecimento e evidenciação desses passivos, conforme observou Fonteles *et al.* (2014) e reforça o que foi apontado por Ayers, Schwab e Utke (2015), de que umas das principais limitações para a divulgação é a ambiguidade da norma, que acaba por gerar a não-divulgação.

Caetano *et al*. (2010) afirmam que uma conseqüência das exigências legais, fiscais e trabalhistas a que as entidades estão sujeitas é que tais exigências eventualmente se tornem em passivos contingentes. Os autores destacam ainda a importância da evidenciação desses passivos contingentes nos demonstrativos contábeis como forma de fornecer aos usuários da contabilidade informações úteis e

confiáveis. Para Castro *et al.* (2015) a entidade que divulga em seus demonstrativos informações úteis e confiáveis, viabiliza a tomada de decisão dos seus diversos usuários. Se essa informação é relativa a obrigações e direitos sobre os quais pesa alguma incerteza sobre sua realização, valores ou prazos, quando a organização faz a opção por divulgá-los dá-se uma prova da transparência buscada pela gestão (CASTRO *et al.*, 2015).

Farias (2006) menciona que para cumprir esse objetivo de fornecer informações úteis aos seus usuários a contabilidade precisa evidenciar a posição econômica e financeira em cada período de tempo específico, não podendo assim aguardar que ocorra um evento futuro para que seja feito o reconhecimento de obrigações que decorram de eventos passados. O autor reconhece as dificuldades que cercam a mensuração dos passivos contingentes, e destaca que por essa razão é que os mesmos têm recebido um tratamento específico dos organismos que normatizam a contabilidade tanto em nível nacional, quanto internacional. Para Farias (2006) apesar dessas normas serem exigentes quanto a evidenciação dos passivos contingentes, as entidades não cumprem na totalidade o que é por elas exigido, o que acarreta um comprometimento da qualidade das informações divulgadas.

Almeida-Santos (2015) destaca outra característica dos passivos contingentes, como elemento que compõe a dívida pública e que pode elevá-la quando reconhecido. O autor afirma que, no Brasil, o reconhecimento contábil de passivos contingentes tornou-se uma das principais causas da elevação da dívida pública nas ultimas décadas. A divida pública é hoje um problema a ser combatido em todo o mundo, para Daud e Podivinsky (2015) a crise da dívida pública que inicialmente afetou as economias desenvolvidas e que mais recentemente deixou

em alerta as economias em desenvolvimento afeta toda a economia mundial. Portanto, tanto no meio acadêmico, quanto no político o tema passivos contingentes ganha importante expressividade na discussão sobre dívida pública, e a certeza de que sejam corretamente mensurados e evidenciados poderá garantir uma política fiscal eficiente, dando a toda a sociedade a verdadeira dimensão do endividamento público (ALMEIDA-SANTOS & SCARPIN, 2012)

Pesquisas publicadas sobre o tema, *disclosure* de provisões e passivos contingentes, têm produzido uma discussão importante sobre o assunto. A seguir são apresentados alguns desses trabalhos.

No estudo de Da Silva *et al.* (2014) que objetivava analisar o cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes conforme o CPC 25, a NBCT G 25, e demais normas, verificou-se que apenas uma pequena parte dos passivos reconhecidos pelas empresas eram provisões, sendo os passivos contingentes mais representativos na amostra. A conclusão a que se chega nessa pesquisa é que a atual prática contábil ainda encontra-se em processo de adaptação as mudanças ocorridas a partir da convergência às normas internacionais de contabilidade, e que o cumprimento do CPC 25 permitiria a redução da desigualdade informacional geradas pelas incertezas trazidas pelos passivos contingentes.

O trabalho de Fonteles *et al.* (2014) analisa as determinantes da evidenciação de provisões e passivos contingentes por companhias listadas na BM&F Bovespa e conclui que ainda existe uma baixa aderência das demonstrações contábeis dessas empresas com as orientações contidas no CPC 25. Resultado semelhante ao encontrado por Suave *et al* .(2013), que teve como amostra da sua pesquisa as 94 empresas mais negociadas na BM&F Bovespa, e concluiu que a divulgação de

provisões e passivos contingentes ainda não é feita de maneira que expresse a realidade.

Outro trabalho que versou sobre o tema foi o de Leal *et al.* (2015), por meio da investigação sobre os fatores que influenciam a divulgação de provisões e passivos contingentes por 43 empresas consideradas de alto impacto ambiental, listadas na BM&F Bovespa, nos anos de 2010 a 2013. Os resultados analisados revelaram que as motivações externas se mostraram mais significativas para explicar a divulgação de passivos e contingentes ambientais pelas empresas pesquisadas.

O trabalho apresentado por Cohen *et al.* (2011) se propôs a examinar o papel da divulgação contábil de contingências geradas por garantias de serviços ou mercadorias e os resultados apurados mostraram que o mercado tende a valorizar de forma diferente dos outros passivos contingentes os passivos de garantias, e também demonstrou que o mercado parece entender o papel informativo da divulgação desses contingentes.

O estudo de Hennes (2013) utilizou uma amostra de casos de discriminação no emprego para colher evidências sobre o grau de divulgação de contingências legais, utilizando esse número como forma de avaliação dos passivos contingentes. Os resultados demonstraram que os custos legais e éticos associados a essa divulgação muitas vezes agem como empecilhos para que ela se concretize. Ele conclui que de modo geral essa divulgação de contingentes resultante de litígios, apesar de ser obrigatória, ainda carece de uma maior atenção dos órgãos reguladores americanos.

Ozkaya (2014) desenvolveu um modelo dinâmico para identificar dívidas públicas ocultas na Turquia e concluiu que o setor público turco utiliza seis

categorias de passivos contingentes, e que por intermédio do emprego das leis orçamentárias, os governos convertem em passivos normais os estoques de passivos contingentes, escondendo assim as suas fontes.

A pesquisa de Almeida-Santos (2015) buscou identificar os fatores que influenciavam a probabilidade de divulgação de passivos contingentes por governos municipais nas Leis de Diretrizes Orçamentárias. Em seus achados o autor concluiu que as variáveis: densidade populacional, número de habitações, dependência financeira e poupança bruta foram significativas positivamente em relação ao *disclosure* dos passivos contingentes.

3. METODOLOGIA

3.1. Descrição e Amostra da Pesquisa

Este trabalho pode ser classificado como pesquisa empírica, que está dividida em duas etapas. Na primeira etapa buscou-se, por meio da aplicação de um *checklist*, avaliar o nível do *disclosure* das Provisões e dos Passivos Contingentes nos Demonstrativos Contábeis dos Estados e do Distrito Federal nos anos de 2011 a 2014. Na segunda etapa o objetivo foi identificar características dos entes estudados que influenciam o *disclosure* das Provisões e dos Passivos Contingentes nos Demonstrativos Contábeis dos Estados e do Distrito Federal (MURCIA & SANTOS, 2009).

A amostra utilizada é composta pelos demonstrativos contábeis dos 26 estados brasileiros e o Distrito Federal dos anos de 2011 a 2014. Foram analisados o Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada e as Notas Explicativas das entidades públicas pesquisadas.

Os Balanços Patrimoniais Consolidados e as Demonstrações das Variações Patrimoniais Consolidadas dos anos de 2011 e 2012 foram encontrados nos Balanços Gerais publicados anualmente por todos os entes públicos da federação e estão disponíveis nos sítios de Transparência ou da Secretaria da Fazenda mantidos pelos governos estaduais e pelo governo distrital (Apêndice A – Lista dos sítios dos entes estudados). Os dados, dos anos de 2013 e 2014, foram coletados nos Balanços Patrimoniais Consolidados e Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidadas publicados no SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro da STN - Secretaria do Tesouro Nacional, considerando que só a partir de 2013 os mesmos foram publicados. A

escolha pelos dados publicados no SICONFI para os anos de 2013 e 2014 se deu pela possibilidade de trabalhar com demonstrativos padronizados e conformados as normas expressas no MCASP 5ª Edição, o que representou um ganho para a pesquisa, possibilitando uma maior comparabilidade entre as entidades estudadas. Em todos os quatro exercícios estudados, as notas explicativas utilizadas foram acessadas nos sítios dos entes pesquisados.

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho o primeiro passo foi avaliar o *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes utilizando um *checklist* (Apêndice B - *Checklist* para coleta de dados) elaborado com o objetivo de medir a aderência da divulgação feita pelo ente ao que está definido na IPSAS 19, no MCASP 5ª Edição e na NBC T SP 16.10. A estrutura conceitual utilizada para a montagem do *checklist* foi baseada nos trabalhos de Khanna *et al.* (2004); Murcia e Santos (2009), Menezes e Peter (2012), Moura *et al.* (2014), Pinto *et al.* (2014), Degenhart (2014), e Fonteles *et al.* (2014)

Esse *checklist* é composto por oito categorias e oitenta e duas subcategorias, sendo Reconhecimento das Provisões de Curto Prazo no Balanço Patrimonial, com 10 subcategorias; Reconhecimento das Provisões de Longo Prazo no Balanço Patrimonial, com 18 subcategorias; Reconhecimento das Provisões na Demonstração das Variações Patrimoniais, com 11 subcategorias; Reversão das Provisões na Demonstração das Variações Patrimoniais, com 04 subcategorias; Evidenciação das Provisões de Curto Prazo em Notas Explicativas com 13 subcategorias; Evidenciação das Provisões de Longo Prazo em Notas Explicativas com 13 subcategorias; e Evidenciação dos Passivos Contingentes em Notas Explicativas, com 13 subcategorias.

A avaliação da divulgação das informações sobre Provisões e Passivos Contingentes foi feita de forma binária, por intermédio da atribuição de um ponto quando a informação de um item estivesse disponível e de zero caso ocorresse o contrário. Considerando as determinações das normas utilizadas como base para o estudo, existiram categorias e subcategorias que foram consideradas como não aplicáveis para alguns entes. Assim sendo o resultado obtido por meio da aplicação das perguntas aplicáveis a cada ente é convertido em percentual, calculado com base no número de itens divulgados divididos pelo total de itens aplicáveis do questionário, para aquele ente. Como exemplo, o resultado obtido pelo estado do Rio de Janeiro no ano de 2014 que alcançou um índice de divulgação de 51,76%, que corresponde a 30 itens divulgados dos 58 itens aplicáveis.

Os dados coletados foram tabulados, a partir deles foi estabelecido um *ranking* das entidades públicas que mais divulgaram Provisões e Passivos Contingentes em cada um os quatro anos estudados. Esse *ranking* está exposto no Apêndice C – Ranking das Entidades Públicas Brasileiras que mais divulgaram Provisões e Passivos Contingentes. Na busca por atingir o objetivo geral proposto nesta pesquisa, que é avaliar a relação de características financeiras e socioeconômicas dos entes públicos com o *disclosure* das Provisões e dos Passivos Contingentes (variável dependente ou explicada), foram testadas, por intermédio do método estatístico de regressão linear múltipla, treze variáveis independentes ou explicativas que já foram discutidas em estudos anteriores (CRUZ, 2012), (MARTANI *et al.,* 2014), (LASWAD *et al.,* 2005), (ROBBINS; AUTIN, 1986), (ALMEIDA-SANTOS, 2015), (MURCIA ;SANTOS, 2009), (CRUZ; LIMA, 2010), (NUNES *et al.*, 2010), (ZONATTO *et al.*, 2011), (PIANCASTELLI; BOUERI, 2008), (OLIVEIRA; SILVA; MORAES, 2012), (AVELINO *et al.,* 2014), (SANTANA JUNIOR, 2008).

Quadro 3 – Descrição das Variáveis de Pesquisa

	VARIÁVEIS	SIGLA	PROXY	RELAÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO	FONTE
FINANCEIRAS	Receitas Orçamentárias *per capta*	ROpc	Receita orçamentária de cada estado (*ln*)	+	**CRUZ (2012), MARTANI *et al.* (2014)**	BO
	Receitas Próprias *per capta*	RPpc	Receitas arrecadadas (*ln*)	+	**LASWAD *et al.* (2005), ROBBINS e AUTIN(1986), ALMEIDA-SANTOS (2015)**	BO
	Tamanho do Ativo *per capta*	TamAtpc	Log do Ativo Total	+	**MURCIA e SANTOS (2009), CRUZ e LIMA (2010), NUNES *et al.* (2010)**	BP
	Endividamento	Endv	(passivo oneroso/ativo total)x100	+	**ZONATTO *et al.* (2011), ROBBINS e AUTIN(1986)**	BP
	Transferências Recebidas	TransRec	Transferências Federais para cada estado (*ln*)	+	**ROBBINS e AUTIN(1986), PIANCASTELLI e BOUERI (2008)**	BO
SOCIOECONOMICAS	PIB *per capta*	PIBpc	PIB per capta de cada estado (*ln*)	+	**CRUZ (2012)**	IBGE
	IDH	IDH	Índice de IDH de cada estado (*ln*)	+	**OLIVEIRA, SILVA e MORAES (2012), AVELINO *et al.* (2014)**	PNUD 2010
	População	Popl	População de cada estado (*ln*)	+	**ROBBINS e AUTIN(1986), AVELINO *et al.* (2014)**	IBGE
	Densidade Demográfica	DenDm	População total do ente/ Território total do Ente	+	**ALMEIDA-SANTOS (2015)**	IBGE
	Renda Mensal *per capta*	RenMpc	Renda média mensal da população de cada estado (*ln*)	+	**ROBBINS e AUTIN(1986)**	IBGE
	Escolarização	Escl	Taxa de escolarização da população de cada estado (*ln*)	+	**MARTANI *et al.* (2014)**	IBGE
	Analfabetismo	Analf	Taxa de analfabetismo da população de cada estado (*ln*)	_	**SANTANA JUNIOR (2008),CRUZ (2010), AVELINO *et al.* (2014)**	IBGE
	Acesso a Internet	AcsInt	Taxa de acesso a internet da população de cada estado (*ln*)	+	**-**	IBGE

Observações: BO (Balanço Orçamentário), BP (Balanço Patrimonial), RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), PNUD (Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento).
Quadro 1: Descrição das variáveis da pesquisa
Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão de literatura

As variáveis da pesquisa estão divididas em cinco características financeiras: Receitas Orçamentárias *per capta*, Receitas Próprias *per capta*, Tamanho do Ativo *per capta*, Endividamento e Transferências Federais Recebidas; e, oito características socioeconômicas: PIB per capta, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Renda Mensal *per capta* da População, População, Densidade Demográfica, Escolaridade da População, Taxa de Analfabetismo e Taxa da População que possui Acesso a Internet, conforme descrição dos itens a seguir e que também estão apresentados no Quadro 3.

3.2. Descrição e Fundamentação das Variáveis de Pesquisa

3.2.1. Variável Dependente

3.2.1.1. Qualidade do *Disclosure* (QdDisc)

O índice de qualidade do *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes utilizado como variável dependente nesta pesquisa foi obtido a partir da aplicação de um *checklist* com resposta binária. A pontuação alcançada por cada entidade estudada é igual ao algarismo 1 caso do a categoria levantado fosse atendida e o algarismo 0 caso a resposta fosse negativa. O resultado alcançado por cada ente estudado foi convertido em percentual por meio da divisão dos itens atendidos pelo total dos itens esperados, ou aplicáveis a cada ente. O resultado apurado por meio desse cálculo deu origem a um ranking anual da qualidade do *disclosure* e foi utilizado como a variável na regressão efetuada (Apêndice C –

Ranking das Entidades Públicas Brasileiras que mais divulgaram Provisões e Passivos Contingentes).

Essa métrica usada para medir o *disclosure* apresentado pelos estados e o Distrito Federal nos anos analisados é bastante utilizada nos trabalhos que avaliam a divulgação de informações tanto na área privada como na pública. Malacrida e Yamamoto, 2006; Múrcia e Santos, 2009; Degenhart, 2014; Fonteles *et al*., 2014, são exemplos de trabalhos aplicados em empresas privadas, enquanto Menezes e Peter (2012), Almeida-Santos e Scarpin, 2013, Moura *et al.* (2014) e Almeida-Santos, 2015, são alguns exemplos da aplicação em entidades públicas.

3.2.2. Variáveis Independentes

3.2.2.1. Receita Orçamentária *per capta* (ROpc)

Receita Orçamentária é o total da receita arrecadada pelo ente público e é constituída por receitas próprias e transferências recebidas. Cruz (2010), concluiu que a variável receita orçamentária tem impacto significativo sobre a variável dependente. O estudo de Martani *et al.* (2014), corrobora com esses achados ao concluir que a variável receita orçamentária tem efeito significativo e positivo sobre o nível de divulgação de informação pelos entes públicos.

A *proxy,* Receita Orçamentária, utilizada nessa pesquisa foi a divulgada no Balanço Orçamentário Consolidado referente a cada ano pesquisado que consta do Balanço Geral de todas as entidades estudadas. O valor total das receitas orçamentárias realizadas que foi dividido pela população chegando assim ao valor de Receitas orçamentárias *per capta*.

3.2.2.2. Receitas Próprias *per capta* (RPpc)

As receitas arrecadadas em decorrência da atuação econômica da entidade pública são chamadas de receitas próprias. Para Albaladejo e López (2005), a medida que a arrecadação direta de impostos for maior, maior será também, a autonomia ou independência do ente.

As Receitas Próprias também constituem informação do Balanço Orçamentário Consolidado, foi utilizada para essa variável a receita própria executada, divulgada no Balanço Geral de todos os entes estudados para cada ano pesquisado. A *proxy* utilizou o valor total das recitas próprias que foi dividido pela população chegando assim ao valor de Receitas Próprias *per capta*.

No estudo realizado em 2005 por Laswad *et al.*, os resultados revelam que os entes públicos da Nova Zelândia que possuíam maiores receitas próprias eram mais propensos a fornecer informações financeiras. O trabalho de Robbins e Austin (1986), concluiu que essa variável independente, receitas próprias, não foi significativamente associada à variável dependente do estudo. Os resultados encontrados Almeida-Santos (2015) sugerem que o aumento do poder de arrecadar receitas próprias eleva a probabilidade de o ente público divulgar algum tipo de passivo contingente.

3.2.2.3. Tamanho do Ativo *per capta* (TamAtpc)

A expectativa em relação a essa variável é que entidades com ativos maiores possuam uma melhor divulgação de informações, e essa é uma variável independente testada com resultados significativos em relação a variável dependente em várias pesquisas. Nunes *et al.* (2010), confirmou em sua pesquisa o resultado esperado, havendo evidências da relação estatística positiva e significante entre o tamanho do ativo e a adesão da empresa ao índice BM&F Bovespa de

sustentabilidade empresarial. Murcia e Santos (2009) também encontraram associação positiva entre a variável tamanho do ativo e o nível de *disclosure* das entidades. O estudo de Cruz e Lima (2010) também utilizou essa variável, e concluiu que esta variável afeta a quantidade de divulgação da entidade, pois está significativamente relacionada ao nível de *disclosure*. No trabalho de Suave *et al.* (2013) a variável tamanho do ativo foi testada em relação a divulgação de passivos contingentes pelas empresas listadas na BM&F Bovespa e não foi encontrada correlação relevante entre elas.

O valor da variável se refere ao valor total do Ativo de cada ente público estudado. A informação para essa variável foi retirada do Balanço Patrimonial Consolidado divulgado dentro do Balanço Geral, em cada ano pesquisado. O valor total do ativo que foi dividido pela população chegando assim ao valor de Tamanho do Ativo *per capta*.

3.2.2.4. Endividamento (Endv)

Muitas pesquisas apresentam o endividamento das entidades como variável significativamente associada a divulgação apresentada por essa entidade. O estudo de Zonatto *et al*. (2011), concluiu que a característica endividamento é uma das que melhor explicam a variável dependente. Robbins e Austin (1986) já demonstravam em seu estudo a significância desta variável em relação à variável dependente. Palumbo e Zaporwski (2012) também testaram a significância da variável “endividamento” e encontraram uma relação positiva em relação à variável dependente testada.

A *proxy* utilizada para essa variável de endividamento foi obtida no Balanço Patrimonial Consolidado de cada ano estudado, efetuando a divisão do passivo total de cada ano pelo ativo total do mesmo ano, multiplicando o resultado obtido por 100.

3.2.2.5. Transferências Recebidas (TransRec)

O valor utilizado nessa variável foi retirado do Balanço Orçamentário Consolidado, de cada ano e de cada ente pesquisado, refere-se aos valores transferidos pelo Governo Federal para os estados e para o Distrito Federal.

As transferências intra-governamentais são transferências de recursos feitas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios. A variável utilizada na presente pesquisa utilizará os valores referentes às transferências efetuadas pela União para os Estados e o Distrito Federal. Robbins e Austin (1986) utilizaram essa variável independente em seu estudo, encontrando uma significativa relação positiva entre ela e a qualidade na divulgação de informações.

Piancastelle e Boueri (2008) relacionaram essa variável independente, Transferências recebidas, com a dependente resultado primário de entidades públicas e encontraram relação significativa e positiva entre elas.

3.2.2.6. Produto Interno Bruto *per capta* (PIBpc)

O Produto Interno Bruto (PIB) *per capta* é uma medida do nível da atividade econômica da entidade pública e é uma informação disponível no sitio do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE). Na conclusão do trabalho de Cruz (2012), ela mostra que a variável independente PIB *per capta* foi fortemente associada à variável dependente, transparência da gestão pública municipal, quando utilizou os 100 maiores municípios brasileiros como amostra para seu estudo.

A *proxy* utilizada nesse estudo é o PIB *per capta* referente ao ano 2012 publicado no sitio do IBGE. Essa *proxy* foi utilizada para todos os anos em razão do índice de 2012 ser o último oficialmente divulgado.

3.2.2.7. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida que compara os níveis de riqueza, educação, expectativa de vida, entre outros. Foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e tem como objetivo oferecer um contraponto ao PIB, que é um índice puramente econômico. O IDH é um índice calculado a nível municipal, o índice do estado refere-se a média do IDH alcançado pelos seus municípios. Avelino *et al*. (2014) utilizou o IDH no seu estudo e encontrou relação significativa com o *disclosure* voluntário praticado pelos municípios mineiros. Os resultados apurados na pesquisa de Oliveira, Silva e Moraes (2008) mostraram uma relação significativa entre a variável independente IDH e a transparência nos orçamentos governamentais.

A variável independente IDH possui como *proxy* o índice divulgado pela PNUD da ONU do ano de 2010, para cada ente público estudado. Por não existir IDH divulgado depois do ano de 2010, optou-se por utilizar o desse ano, pois trata-se de número oficial.

3.2.2.8. População (Popl)

O termo população tem uma variada gama de definições, que depende da área de conhecimento em que esteja sendo utilizada. Nesta pesquisa, população é o número de habitantes dos entes públicos estudados. Na pesquisa de Robbins e Austin (1986), o resultado encontrado não é estatisticamente significante para a

relação entre a variável independente população e a variável dependente, qualidade na divulgação de informações. Avelino *et al*. (2014) também utilizou a variável população associada ao nível de *disclosure* dos municípios do estado de Minas Gerais. Cruz *et al*. (2012) também utilizou a variável população no seu estudo, encontrando significância na relação com a transparência na divulgação de informações pelos maiores municípios brasileiros.

A *proxy* utilizada nessa variável independente é o número de habitantes de cada ente público estudado, apurado pela Censo do IBGE, do ano de 2010. Em razão do Censo de 2010 ser o último número oficial divulgado dessa *proxy*, e considerando que para os anos seguintes os números são estimados, decidiu-se por utilizar o mesmo para os quatro anos estudados.

3.2.2.9. Densidade Demográfica (DenDm)

Almeida-Santos (2015) aponta em seu estudo que a densidade demografia ou densidade populacional pode ser um bom indicador quando relacionado com o endividamento do ente público. Ele alega que, entes com maior densidade demográfica podem suportar maiores níveis de endividamento e possuem consequentemente uma melhor divulgação de passivos contingentes. Na discussão dos resultados encontrados, Almeida-Santos (2015) conclui que a variável não é estatisticamente significativa com a publicação dos passivos contingentes na LDO.

A *proxy* utilizada nessa variável independente foi calculada a partir da razão entre o número de habitantes de cada ente público estudado e a sua extensão territorial medida em m^2, dados coletados na base do Censo do IBGE, do ano de 2010. A *proxy* de Densidade Demográfica foi calculada utilizando os números

oficiais do Censo de 2010, em razão de os números dos anos seguintes serem apenas estimados.

3.2.2.10. Renda Mensal *per capta* (RenMpc)

A Renda Domiciliar Mensal *per capta* utilizada como *proxy* dessa variável independente foi obtida no sitio do IBGE, estimada pela PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, do ano de 2014. Assim como nos casos de outras variáveis a escolha foi por utilizar o último número oficial divulgado, aplicando esse número para todos os anos.

Essa variável foi utilizada nos trabalhos de Santana Junior (2008) e de Robbins e Austin (1986). No primeiro trabalho foi encontrada uma correlação significativa com o nível de transparência dos sites dos estados e do Distrito Federal. No segundo trabalho a relação encontrada entre a variável independente Renda *per capta* e a variável dependente, qualidade na divulgação de informações, não foi significativa.

3.2.2.11. Escolarização (Escl)

A escolarização utilizada nessa variável é a entendida como educação formal, ou seja, em média quantos anos de educação formal a população de cada ente público estudado possui. No estudo realizado por Martini *et al.* (2014) foram encontrados resultados positivamente significantes para a relação entre a variável independente escolarização e a divulgação de informações (variável dependente).

A *proxy* utilizada para essa variável foi o percentual de pessoas acima dos 10 anos de idade que tenham estudado entre 8 e 10 anos. Essa informação foi obtida na PNAD do IBGE do ano de 2013. Também na variável Escolarização foi feita a

escolha de trabalhar nos quatro anos da pesquisa utilizando o último número oficial divulgado. Todas as variáveis socioeconômicas receberam assim o mesmo tratamento, números fixos aplicados aos quatro exercícios.

3.2.2.12. Analfabetismo (Analf)

A variável Analfabetismo utilizou como *proxy* o percentual da população acima dos 15 anos de idade que não saibam nem ler nem escrever, essa informação está disponível no sitio do IBGE e faz parte das informações do Censo do ano de 2010. Por se tratar do último número oficial divulgado para essa *proxy*, optou-se por utilizar os números divulgados pelo IBGE em 2010 para todos os anos da pesquisa.

No trabalho desenvolvido por Avelino *et al* (2014), que avaliou as características explicativas do nível de *disclosure* voluntários dos municípios de Minas Gerais, foi encontrada uma relação significativa entre essa variável e a variável dependente: nível de *disclosure*. Essa variável foi utilizada, também, nas pesquisas de Cruz (2012) e de Santana Junior (2008). No segundo trabalho foi aplicada nos estados e Distrito Federal e obteve resultados significativos em relação à variável dependente.

3.2.2.13. Acesso à Internet (AcsInt)

A *proxy* para a variável Acesso à Internet é o percentual de pessoas acima dos 10 anos de idade que utilizaram a internet nos últimos três meses de referência. Essa informação foi obtida através dos resultados publicados pelo IBGE, relativos a PNAD do ano de 2013. Seguindo a lógica adotada nas demais variáveis socioeconômicas, o número utilizado na *proxy* é o mais recentemente divulgado pelo órgão oficial, o IBGE.

O acesso a internet pela população de cada ente público é fundamental para dar a sociedade a possibilidade de acompanhar as contas públicas, visto que os relatórios contábeis são publicados nos sítios de transparência ou mesmo nos das Secretarias de Fazenda de cada um deles (CRUZ, 2010). Alguns trabalhos acadêmicos que tratam da acessibilidade das informações do setor público o tratam pela ótica da divulgação das informações por parte dos governos nos seus sítios de transparência, a exemplo dos trabalhos de Braga *et al.* (2008), Freire *et al.* (2009), Batista (2010), Best *et al.* (2011), Tavares e Pereira (2011), Cruz (2012) e Santos *et al.* (2013).

Vaz (2003), disse que mais do que ampliar o controle social, a internet pode ser um complemento ou suplemento das formas tradicionais de controle e de participação, e salienta que os cidadãos que utilizam a internet com esse objetivo são em sua maioria os mesmos que já o fazem através da utilização de outros meios. Assim, o objetivo ao utilizar essa variável é buscar essa outra perspectiva, a do usuário. A população ter a possibilidade de acesso à internet interfere no *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes?

3.3. Equação de Regressão

A seguir é apresentada a equação para estimação da relação entre as variáveis mostradas no Quadro1.

$$QdDisc = \beta_0 + \beta_1 ROpc + \beta_2 RPpc + \beta_3 TamAtpc + \beta_4 Endv + \beta_5 TransRec + \beta_6 PIBpc + \beta_7 IDH + \beta_8 Popl + \beta_9 DenDm + \beta_{10} RenMpc + \beta_{11} Escl - \beta_{12} Analf + \beta_{13} AcsInt + \varepsilon$$

Em que:

$QdDisc$representa a qualidade do *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes de cada ente público i no ano t,

$ROpc$ representa o valor total das receitas orçamentárias *per capta* de cada ente público i no ano t,

$RPpc$ representa o valor total das receitas próprias *per capta* de cada ente público i no ano t,

$TamAtpc$ representa o valor do ativo total *per capta* de cada ente público i no ano t,

$Endv$ representa o endividamento de cada ente público i no ano t,

$TransRec$ representa o valor total das transferências recebidas por cada ente público $i$no ano t,

$PIBpc$representa o valor do Produto Interno Bruto *per capta* de cada ente público i no ano t,

IDH representa o valor Índice de Desenvolvimento Humano de cada ente público $i$no ano t,

$Popl$ representa o número total de habitantes de cada ente público i no ano t,

$RenMpc$ representa o valor renda mensal *per capta* em cada ente público i no ano t,

$DenDm$ representa o número de habitantes por m^2 em cada ente público i no ano t,

$Escl$ representa percentual de pessoas acima dos 10 anos de idade que tenham estudado entre 8 e 10 anos em cada ente público i no ano t,

$Analf$ representa percentual de pessoas acima dos 15 anos de idade que não saibam ler nem escrever em cada ente público i no ano t,

$AcsInt$ representa percentual de pessoas acima dos 10 anos de idade que acessaram a internet no período de referência dos últimos três meses em cada ente público i no ano t, e

ε representa o erro padrão.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Análise da Aplicação do *Checklist*

4.1.1. Estatística Descritiva do *Checklist*

Os resultados obtidos a partir da aplicação da métrica utilizada para mensurar o *disclosure* praticado pelos entes públicos destacados nesta pesquisa, mostram que apesar das recomendações contidas na IPSAS 19, no MCASP 5ª Edição e na NBC T SP, a qualidade da divulgação ainda pode ser considerada baixa. Esses resultados revelam que apesar da obrigatoriedade estabelecida pelas normas, o tratamento dado pelos entes é o estabelecido na teoria de Verrecchia (2001), que descreve sobre divulgação baseada em julgamento, na qual o *disclosure* depende dos motivos e incentivos que a entidade possui para divulgar (SALOTTI E YAMAMOTO, 2005)

Tabela 1 – Qualidade do *Disclosure*

QUALIDADE DO *DISCLOSURE*				
	2011	2012	2013	2014
Média	10,20%	12,02%	16,52%	23,76%
Mediana	12,50%	13,33%	15,56%	26,32%
Desvio Padrão	6,94%	8,11%	12,16%	12,37%
Máximo	21,43%	24,64%	48,28%	51,72%

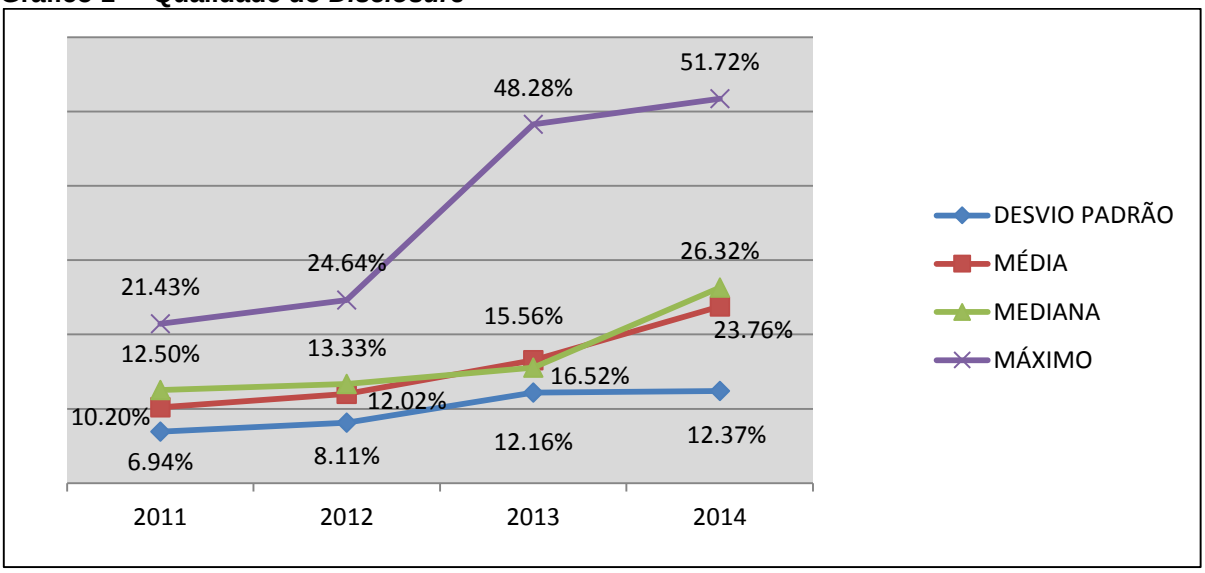
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Na Tabela 1 estão apresentados os valores (em percentuais) de média, mediana, desvio padrão e máximo da Qualidade de *Disclosure* apresentados pelos entes públicos estudados nos quatro exercícios. Apesar de os valores médios nos dois primeiros anos serem muito baixos, pode-se observar uma significativa melhora principalmente no último ano da pesquisa. Essa melhoria também pode ser observada nos valores máximos da qualidade do *disclosure* que alcança 51,72%, em 2014, resultado semelhante ao apresentado em pesquisas aplicadas na área

privada, a exemplo dos trabalhos de Mapurunga *et al*. (2011), Vogt *et al*. (2014), Fonteles *et al*. (2014), entre outros.

Essa evolução dos valores da qualidade do *disclosure* no tempo em que foi aplicada a pesquisa também pode ser observada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Qualidade do *Disclosure*



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Na Tabela 2 são mostradas as entidades públicas que no período de 2011 a 2014 apresentaram as maiores médias na qualidade da divulgação.

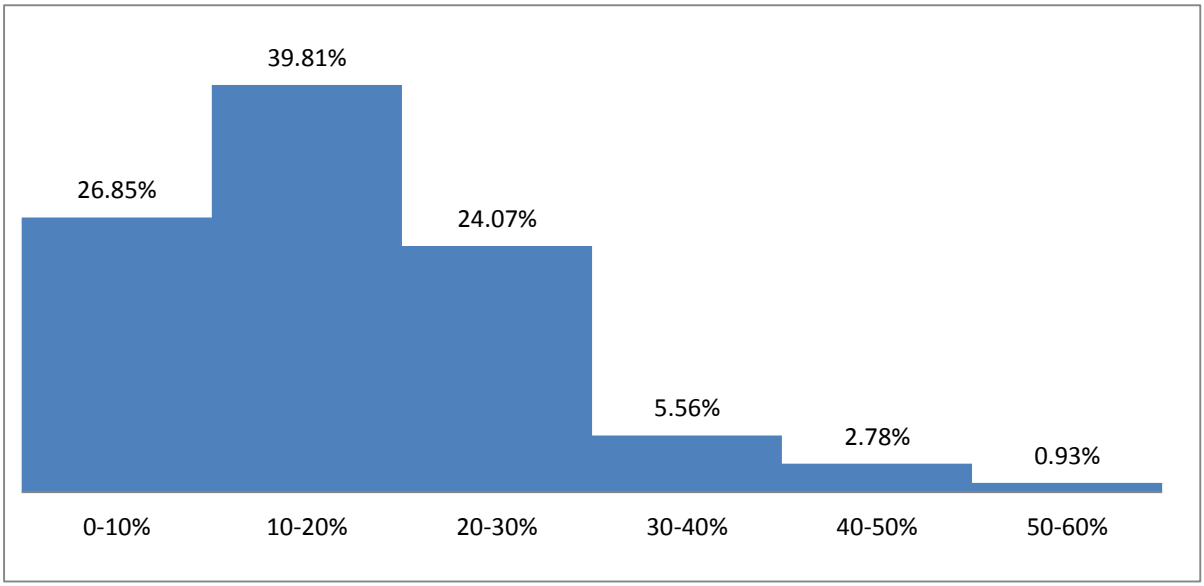
Tabela 2 – Qualidade do *disclosure* (Dez maiores médias)

DEZ MAIORES MÉDIAS		
	Entes da Federação	**Média nos 4 anos**
1º	Rio de Janeiro	35,56%
2º	Santa Catarina	34,38%
3º	Bahia	22,43%
4º	Mato Grosso do Sul	22,00%
5º	Distrito Federal	20,38%
6º	Tocantins	20,32%
7º	Espírito Santo	18,98%
8º	Pernambuco	18,97%
9º	Rondônia	17,75%
10º	Mato Grosso	17,48%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

No Gráfico 2 está apresentado o histograma de frequência da qualidade de *disclosure* apurada para todos os entes estudados nos quatro exercícios. Pode-se observar que a maior parte, ou seja, 39,81% da amostra está concentrada na faixa de 10 a 20%. O percentual médio encontrado para a variável dependente deste estudo, considerando todo o período estudado é de 15,63%, valor que também está na faixa de concentração das notas. A maior nota alcançada por um ente público no estudo é de 51,72% e está na última faixa da frequência correspondente a 50 a 60%, esse valor aparece como discrepante já que representa mais de três vezes o valor do desvio padrão.

Gráfico 2 – Histograma de Frequência da Qualidade do *Disclosure*



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Dois exemplos podem ser dados para ilustrar o quadro atual da qualidade da divulgação das provisões e dos passivos contingentes por essas entidades, um exemplo positivo é o do estado do Rio de janeiro que lidera o *ranking* elaborado nessa pesquisa nos dois últimos exercícios estudados. No ano de 2011 o índice do estado do RJ foi de 20,00%, 22,22% em 2012, 48,28% em 2013 e 51,72% em 2014, conforme ranking apresentado na Tabela 3. Essa evolução do estado do Rio de

Janeiro evidencia o esforço do estado em cumprir os normativos estabelecidos para o reconhecimento e a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes. E demonstram que a evidenciação é um instrumento eficiente na promoção da transparência (FRANCO *et. al.,* 2013) (AVELINO *et. al.,* 2011).

Tabela 3 – Ranking da Qualidade do *Disclosure* dos Cinco Melhores Entes de Cada Ano Estudado

	2011	
1º	Santa Catarina	21,43%
2º	Rio de janeiro	20,00%
3º	Distrito Federal	18,18%
4º	Alagoas	17,86%
5º	Bahia	15,56%

	2012	
1º	Santa Catarina	24,64%
2º	Mato Grosso do Sul	22,86%
3º	Rio de Janeiro	22,22%
4º	Distrito Federal	20,83%
5º	Bahia	20,00%

	2013	
1º	Rio de janeiro	48,28%
2º	Santa Catarina	43,90%
3º	Rio Grande do Sul	28,57%
4º	Bahia	27,08%
5º	Rondônia	24,44%

	2014	
1º	Rio de janeiro	51,72%
2º	Santa Catarina	47,56%
3º	São Paulo	36,96%
4º	Mato Grosso do Sul	34,21%
5º	Pernambuco	31,75%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Por outro lado, como exemplo negativo está o estado de Minas Gerais, que no período pesquisado não reconheceu e nem evidenciou nenhum item do *checklist* aplicado e obteve o índice de 0,00% nos quatro anos estudados (Apêndice C – Ranking das Entidades Públicas Brasileiras que mais divulgaram Provisões e Passivos Contingentes por ano estudado). O resultado insatisfatório de Minas Gerais nesta pesquisa é contraditório ao encontrado por Avelino *et al.* (2011), que em seu trabalho concluiu como um dos estados com melhor índice de transparência, junto com Santa Catarina e São Paulo.

Pelos resultados apresentados na Tabela 4 pode-se observar que a média da qualidade do *disclosure* apresentado pelas entidades públicas que são objeto desta pesquisa, no período identificado como antes do MASC 5ª Edição, correspondendo

aos anos de 2011 e 2012, foi de 11,11%, já no período identificado como depois do MASC 5ª Edição, correspondendo aos anos de 2013 e 2014, foi de 20,14%. A diferença apresentada entre os dois períodos é apresentada na tabela como -9,02%.

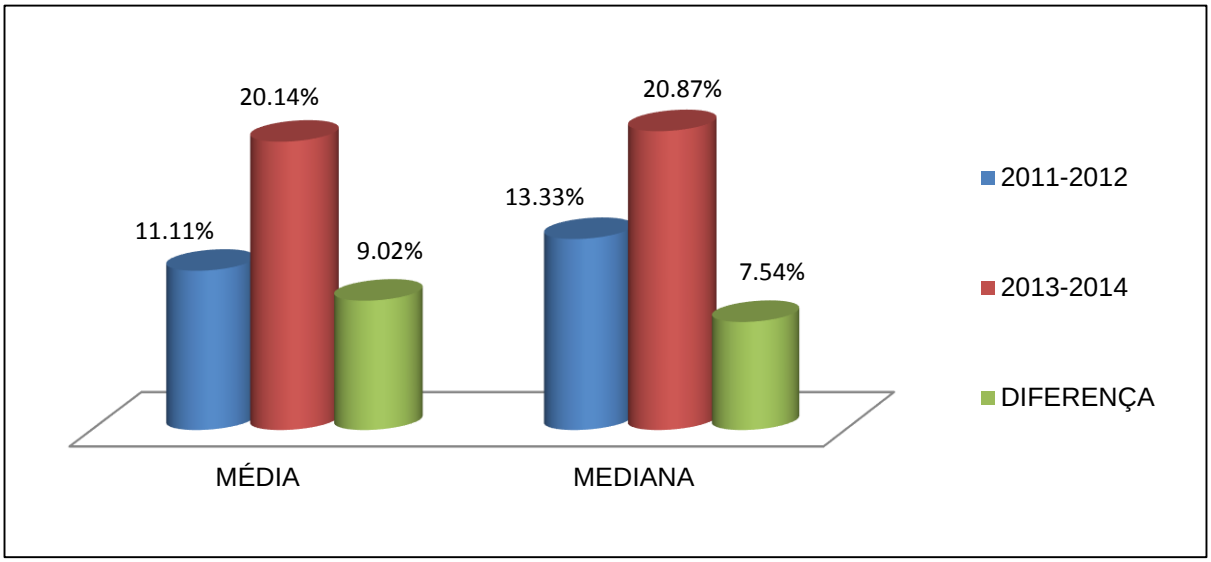
Tabela 4 – Teste de Média da Qualidade do *Disclosure* Antes e Depois da Aplicação do MCASP 5ª Edição

	Média	Mediana	Desvio Padão
2011-2012	11,11%	13,33%	7,53%
2013-2014	20,14%	20,87%	12,69%
Diferença	-9,02%	-7,54%	-5,16%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Esse crescimento da média da qualidade do *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes nos períodos identificados como antes e depois da aplicação do MCASP 5ª Edição, também pode ser observado no Gráfico 3. Os resultados apresentados na Tabela 4 e no Gráfico 3 demonstram que a divulgação obrigatória pode proporcionar um aumento da divulgação, confirmando o que foi descrito pelos autores Ayers; Schwab e Utke, 2013, e por Bishof e Daske, 2013.

Gráfico 3– Qualidade do *Disclosure* Antes e Depois do MCASP 5ª Edição



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A análise dos dados revelou algumas características do *disclosure* das provisões e passivos contingentes, feito pelos estados brasileiros e o Distrito Federal que devem ser destacadas. Quanto ao reconhecimento das provisões na Demonstração das Variações Patrimoniais, apresentado na tabela 5, foi observado que considerando a amostra total 33% das entidades fizeram o registro da constituição de provisões, sendo que 73% dessas constituições eram referentes a provisões matemáticas previdenciárias de longo prazo.

Tabela 5- Reconhecimento das Provisões no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das variações Patrimoniais

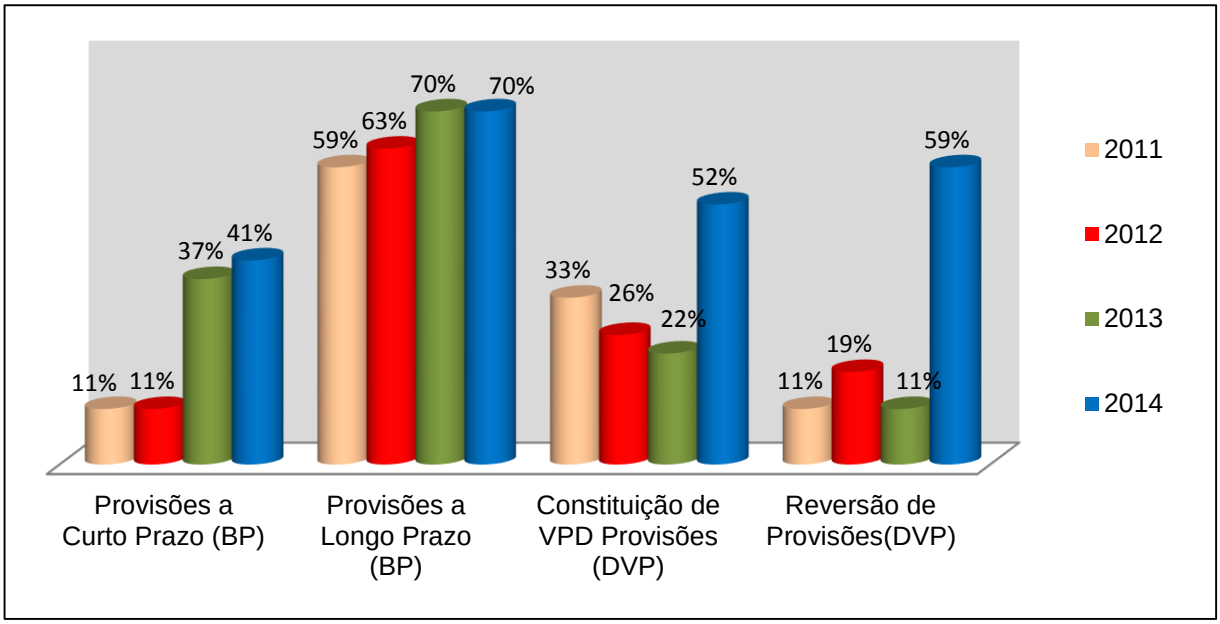
RECONHECIMENTO DAS PROVISÕES	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO
Provisões a Curto Prazo (BP)	25%	24%	16%
Provisões a Longo Prazo (BP)	66%	67%	6%
Constituição de VPD Provisões (DVP)	33%	30%	13%
Reversão de Provisões(DVP)	25%	15%	23%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Observando o Gráfico 4, uma mudança que chama a atenção é relativa ao Balanço Patrimonial e ao reconhecimento das provisões nesse demonstrativo. Do total das entidades em que o item reconhecimento das provisões a longo prazo eram aplicáveis, 66% em média da amostra fizeram o reconhecimento, sendo que no primeiro ano pesquisado, 2011, o percentual era de 59% e em 2014, o último ano do estudo esse percentual passou a 70%. Esse item foi o que obteve maior número de ocorrências no *checklist* aplicado.

É importante destacar, e que também pode ser observado no Gráfico 4, o crescimento das entidades que fizeram o reconhecimento das provisões de curto prazo, o número que inicialmente é de 11% das entidades que possuíam esse item como aplicável, alcança no último ano da pesquisa 41%.

Gráfico 4 – Reconhecimento das Provisões no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Ainda no Gráfico 4 – Reconhecimento Anual das Provisões no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais é possível observar o avanço que o registro de constituição de provisões na Demonstração das Variações Patrimoniais alcançou nos quatro anos pesquisados, enquanto em 2011 o percentual das entidades que tinham esse item como aplicável e fizeram o reconhecimento da constituição de provisões era de 33%, em 2014 chegou a 52%. Considerando uma média geral da amostra apenas 25% das entidades, que possuíam o item como aplicável no *checklist,* fizeram o registro na Demonstração das Variações Patrimoniais de reversão de provisões, porém ao considerar o crescimento deste item, o percentual que em 2011 era de apenas 11%, no o ano de 2014, chega a 59%, o resultado mostra-se importante.

É possível inferir a partir desta descrição que a obrigatoriedade imposta pelo MCASP, na sua 5ª Edição, obteve um resultado positivo na evidenciação das provisões pelos estados e pelo Distrito Federal. Os dados apresentados no Gráfico 3 – Qualidade do *Disclosure* Antes e Depois do MCASP 5ª Edição, bem como os

apresentados no Gráfico 4 – Reconhecimento Anual das Provisões no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, demonstram a melhoria dos números e o crescimento na qualidade do *disclosure* apresentado. Este resultado confirma o que afirmaram Menezes e Peter (2014) quando dizem que a existência de uma norma pode reduzir a falta de comprometimento apresentado pelo setor público com a evidenciação de informação.

Outro dado apresentado que chama a atenção é a média de 93% das entidades que reconheceram provisões de longo prazo, divulgar as informações relativas a provisões matemáticas previdenciárias e seus subitens. Esse cuidado em divulgar passivos previdenciários demonstrada pelos estados e pelo Distrito Federal parece refletir a influência desses passivos na formação do endividamento dos entes públicos estudados. Conforme apontaram Fontana *et al.* (2007) os custos e o desequilíbrio previdenciário no setor público podem ser apontados como fatores importantes na não efetivação da boa gestão pública.

Quanto a provisões para riscos trabalhistas apenas 20% em média, dos entes que possuíam esse item como aplicável no *chekclist,* fez o seu reconhecimento, enquanto 29% reconheceu o item Outras Provisões de Longo Prazo. Como está exposto na Tabela 6.

Tabela 6 - Provisões de Longo Prazo reconhecidas no Balanço Patrimonial

Provisões a Longo Prazo no Balanço Patrimonial	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo (BP)	20%	17%	16%
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo (BP)	93%	94%	2%
Outras Provisões a Longo Prazo (BP)	29%	26%	19%

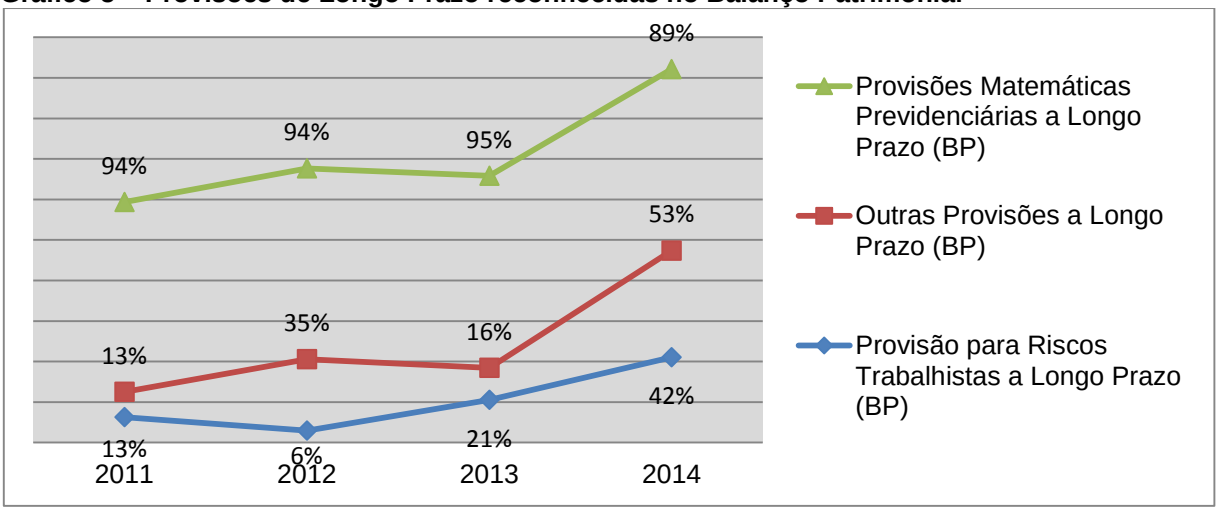
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

No Gráfico 5 pode-se observar os percentuais de reconhecimento ao longo dos quatro anos estudados. É possível verificar o aumento do número de entidades, que possuíam esse item como aplicável no *checklist*, que efetuaram o

reconhecimento de outras provisões de longo prazo, sendo que o índice subiu de 13% em 2011, para 53% em 2014, porém esse aumento não se reflete na evidenciação em notas explicativas, não ficando claro ao usuário das Demonstrações Contábeis Patrimoniais a que se referem. A diminuição dos entes que procederam ao reconhecimento das provisões matemáticas previdenciárias no ano de 2014, ficando o percentual abaixo dos 90% no último exercício estudado pode ser explicado pela escolha do estado de Pernambuco de apenas evidenciar em notas explicativas as informações referentes aos seus passivos previdenciários.

O aumento registrado para o item provisões para riscos trabalhistas a longo prazo, assim como outros que foram destacados, parece confirmar o que está na literatura que discute o *disclosure* obrigatório, a exemplo do que afirmaram Bischof e Daske (2013), e Ayers; Schwab e Utke (2014) de que as entidades que cumprem os itens de divulgação obrigatória são influenciadas a fazer também a divulgação voluntária.

Gráfico 5 – Provisões de Longo Prazo reconhecidas no Balanço Patrimonial



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Os menores índices observados nesta pesquisa foram os encontrados nos itens relativos à evidenciação de provisões e passivos contingentes em Notas Explicativas. Os autores Caetano *et al.* (2010) e Castro *et al.* (2015), quando

discutem sobre transparência das Demonstrações Contábeis Patrimoniais dos entes públicos, ressaltam a importância de fornecer aos usuários informações que sejam úteis e confiáveis. Partindo do exposto pelos autores pode-se inferir que as demonstrações apresentadas pelas entidades estudadas nesta pesquisa ainda podem melhorar no que se refere à transparência das informações relativas às provisões. Essa realidade é evidenciada pelos números apurados a partir da pesquisa. Provisões de curto prazo, têm, em média, 37% do total dos entes da amostra que evidenciou uma breve descrição do item, sendo que o estado do Rio de Janeiro foi o ente que mais evidenciou passivos de curto prazo. As provisões de longo prazo foram mais evidenciadas, alcançando 57% em média de entidades que procederam sua evidenciação. A estatística descritiva dos itens relativos a provisões mais evidenciados em notas explicativas pode ser observada na Tabela 7.

Tabela 7 – Evidenciação das Provisões em Notas Explicativas

	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO
Provisões de Curto Prazo	37%	30%	21%
Breve descrição da natureza da obrigação para cada tipo de Provisão de Curto Prazo	75%	83%	32%
Provisões de Longo Prazo	57%	61%	14%
Valor do início do período, para cada tipo de Provisão de Longo Prazo	20%	20%	7%
Valor do final do período, para cada tipo de Provisão de Longo Prazo	51%	47%	20%
Breve descrição da natureza da obrigação, para cada tipo de Provisão de Longo Prazo	73%	79%	34%

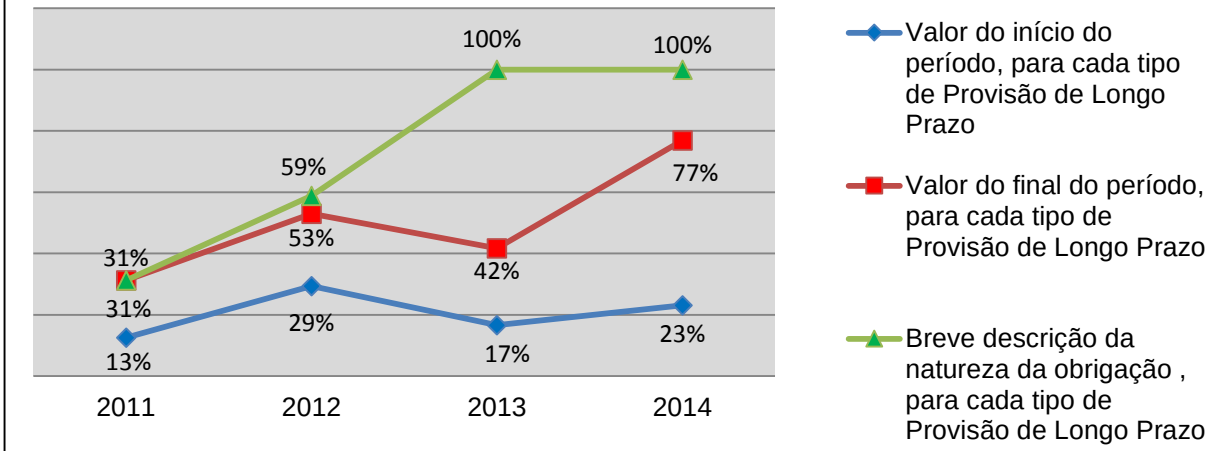
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

O item breve descrição da provisão de curto prazo foi evidenciado por 75%, em média, pelos entes que, segundo o *checklist*, possuíam esse item como aplicável. Já a breve descrição das provisões de longo prazo foi evidenciada, em média, por 73% dos entes para os quais esse item era aplicável, sendo os itens relacionados à provisão os mais evidenciados nas Notas Explicativas. Os índices

apresentados para esses itens são relativamente altos, mas ainda assim demonstram como os entes públicos ainda tratam de forma discricionária a evidenciação de provisões e de passivos contingentes, reforçando o que Fonteles *et al*. (2014) apresentou, além de expor uma das principais limitações para a divulgação que é a ambiguidade das normas como apontou Ayers *et al.* (2015), já que existia por parte dos gestores uma expectativa com relação a ampliação dos prazos para obrigatoriedade de adoção dos procedimentos para evidenciação de provisões e passivos contingentes, e que acabou se concretizando em 2015.

No Gráfico 6 observa-se o comportamento da evidenciação dos passivos de longo prazo ao longo do período estudado.

Gráfico 6 - Evidenciação das Provisões de Longo Prazo em Notas Explicativas



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Em 2011 apenas 31% dos entes para os quais o item era aplicável evidenciaram uma breve descrição da natureza da obrigação, esse índice chega a 100% em 2014.

As observações feitas a respeito da evidenciação dos passivos contingentes mostraram que em média 7% da amostra global publicou nota explicativa sobre esses passivos. A Tabela 8 traz a estatística descritiva desses itens no *checklist*.

Considerando as entidades que tiveram os itens relativos a passivos contingentes como aplicáveis 88% evidenciou passivos contingentes relativos a riscos fiscais e o valor no final do período e 75% fizeram uma breve descrição da natureza de cada classe de passivo contingente.

Tabela 8– Evidenciação de Passivos Contingentes em Notas Explicativas

	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO
Passivos Contingentes	7%	6%	5%
Riscos fiscais a título de Passivos Contingentes	88%	100%	25%
Breve descrição da natureza de cada tipo de Passivo Contingente	75%	100%	50%
Valor do início do período, para cada tipo de Passivo Contingente	81%	100%	38%
Valor do final do período, para cada tipo de Passivo Contingente	88%	100%	25%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

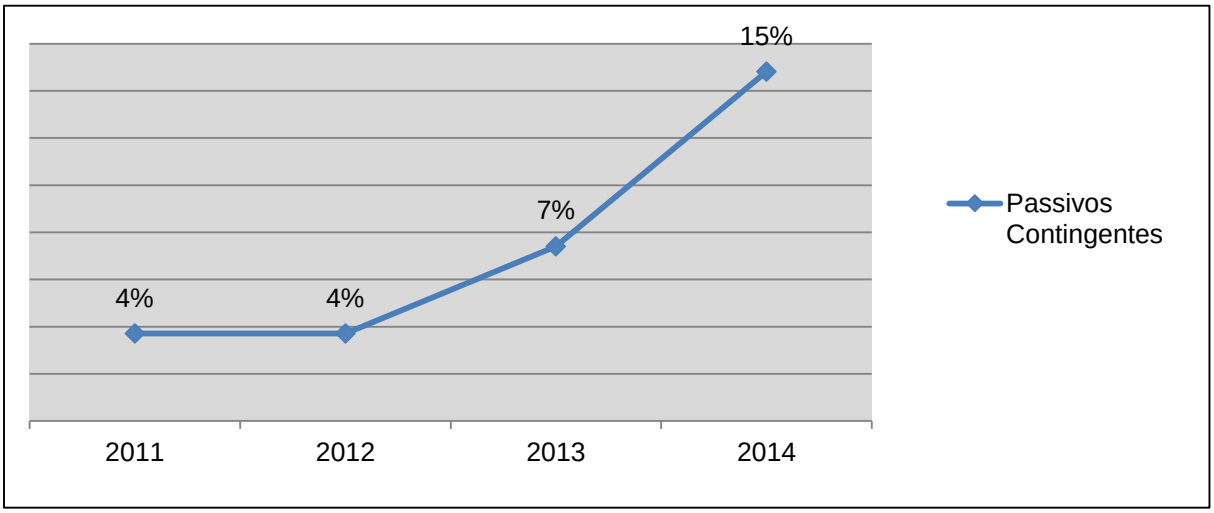
O estado de Santa Catarina foi o ente que cumpriu o maior número de itens relacionados com a evidenciação de passivos contingentes no *checklist* aplicado. Kopts e Crang (1998) afirmam que transparência exige informações confiáveis e o estado de Santa Catarina é um exemplo positivo, pois traz em suas notas explicativas informações acerca da auditoria independente que acompanha a mensuração dos seus passivos contingentes.

No Gráfico 7 é possivel verificar como ainda é baixo o nível de evidenciação dos passivos contingentes pelos estados brasileiros e pelo Distrito Federal.

A administração pública que apresenta em suas Demonstrações Contábeis Patrimoniais informações que seja confiáveis, úteis e consistentes, oferece aos seus usuários a possibilidade de conhecer melhor a gestão por ela implemetada. Quando as informações divulgadas alcançam os passivos que possuem incerteza relacionadas ao seu valor, prazo e realização, a entidade proporciona um grau de transparência ainda maior sobre sua situação financeira (CASTRO *et al.*, 2015). A

evidenciação de passivos contingentes apresentada no Gráfico 7 aponta para o baixo indice de divulgação desse ítem, demonstrando quanto o modelo de gestão utilizado pelos estados e pelo Distrito Federal ainda pode melhorar no que tange a transparência na divulgação de informações sobre suas contingências.

Gráfico 7 – Evolução da Evidenciação dos Passivos Contingentes no Tempo do Estudo



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

4.1.2. Estatística Descritiva das Provisões

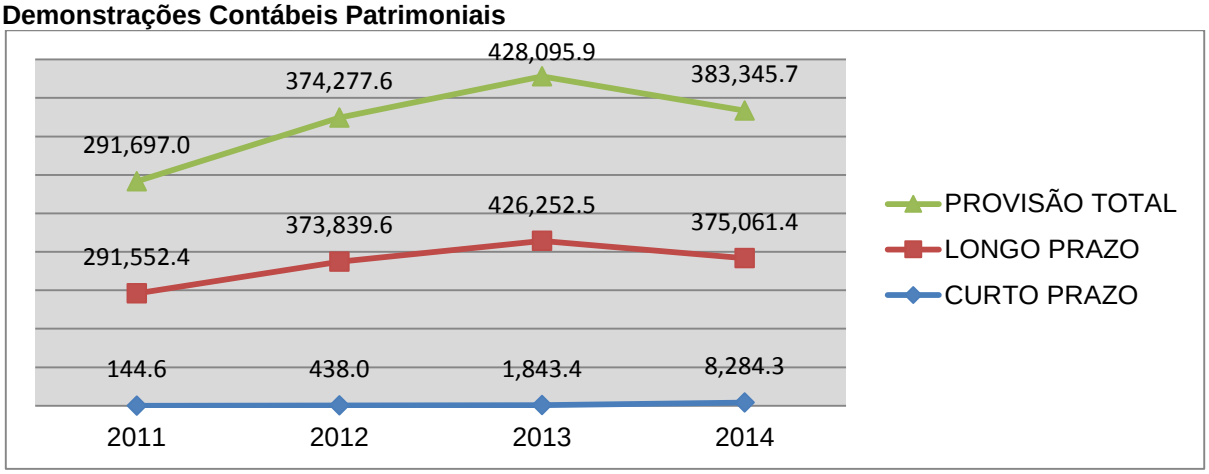
Lopreato (2002) afirma que o endividamento dos estados brasileiros é um problema que se arrasta há mais de três décadas, e hoje quando se fala de ajustes no setor público, o tema se torna central. Vieira (2010) reforça esse pensamento quando discute sobre a necessidade de se ter atenção com os passivos públicos devido a sua importância no endividamento decorrente dos riscos fiscais a eles relacionados.

Por meio da aplicação do *checklist* foi possível observar valores relativos às provisões reconhecidas nos Demonstrativos Contábeis Patrimoniais das entidades públicas estudadas. A partir dessas observações foram feitos levantamentos dos valores relativos a provisões de curto e longo prazo, provisões matemáticas

previdenciárias e a relação desses valores com o passivo total, ativo total e endividamento das entidades públicas estudadas.

No Gráfico 8 estão dispostos dentro do tempo em que foi aplicada a pesquisa, o somatório dos valores absolutos de provisões totais, provisões de curto e longo prazo. Os valores apresentados se referem às entidades que reconheceram esses passivos nas suas Demonstrações Contábeis Patrimoniais, sendo que dos 27 entes estudados nesta pesquisa, 18 entes divulgaram informações sobre provisões em 2011, 19 entes em 2012, 22 entes em 2013 e 19 entes em 2014. Os valores relativos a cada ente podem ser acompanhados no detalhamento apresentado no Apêndice E – Provisões Totais por Ano Pesquisado.

Gráfico 8 – Total das Provisões das Entidades que Fizeram o Reconhecimento, por Ano, nas Demonstrações Contábeis Patrimoniais



Observações: Valores em Milhões.
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A Tabela 9 apresenta ano a ano a proporção das provisões em relação ao total provisionado. As provisões de longo prazo representam quase a totalidade dos valores reconhecidos nos Balanços Patrimoniais.

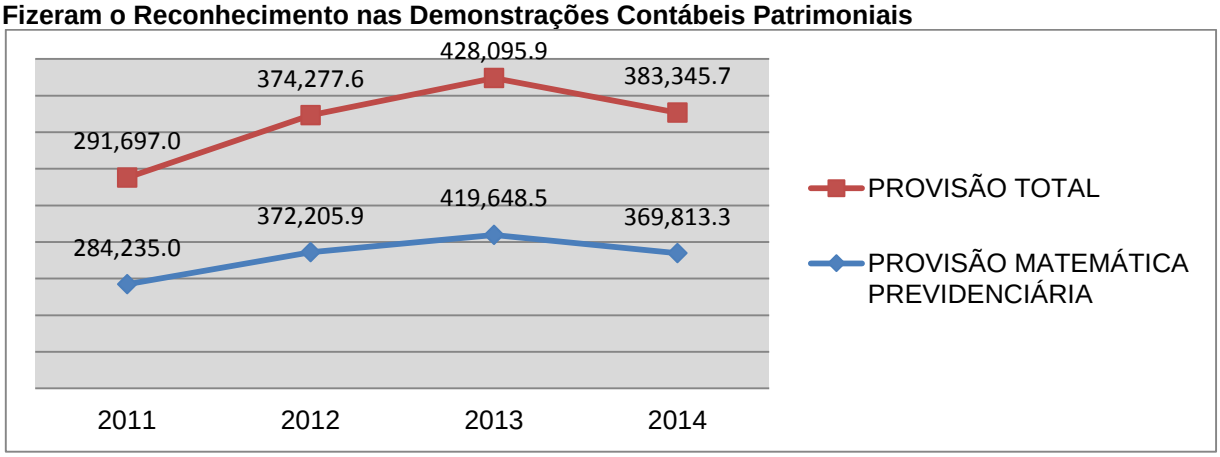
Tabela 9 – Relação entre Provisões de Curto Prazo, Provisões de Longo Prazo e Provisões Matemáticas Previdenciárias e os Passivos Totais

	2011	2012	2013	2014
Curto Prazo	0,05%	0,12%	0,43%	2,16%
Longo Prazo	99,95%	99,88%	99,57%	97,84%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Estão retratados no Gráfico 9 em valores relativos ao somatório das provisões totais e das provisões matemáticas previdenciárias, por cada ano pesquisado. Os valores apresentados se referem às entidades que reconheceram esses passivos nas suas Demonstrações Contábeis Patrimoniais, os valores atribuídos a esse item fazem parte das provisões de longo prazo, correspondendo em média a 98,5% do seu valor total.

Gráfico 9 – Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias, por ano, das Entidades que Fizeram o Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis Patrimoniais



Observações: Valores em Milhões.
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Na Tabela 10 estão retratados os valores médios das provisões totais e previdenciárias em cada exercício estudado. As provisões matemáticas previdenciárias representam em média 97,8% do valor total das provisões.

Tabela 10 – Estatística Descritiva das Provisões nos Quatro Anos Estudados

2011	Provisão Total	Provisão Mat. Previdenciária
Média	16.205,3	15.790,8
Mediana	5.393,1	4.772,07
D. Padrão	30.504,7	30.370,2

2012	Provisão Total	Provisão Mat. Previdenciária
Média	19.698,8	19.589,7
Mediana	1.076,0	1.076,0
D. Padrão	38.899,8	38.700,9

2013	Provisão Total	Provisão Mat. Previdenciária
Média	19.455,8	19.074,9
Mediana	1.769,3	1.321,2
D. Padrão	40.941,4	40.866,6

2014	Provisão Total	Provisão Mat. Previdenciária
Média	19.167,2	18.490,6
Mediana	1.269,8	856,3
D. Padrão	48.415,1	48.359,5

Observações: Valores em Milhões.
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Para Santana e Costa (2012) não existe ainda uma literatura que discuta profundamente os passivos previdenciários no Brasil. Eles salientam que parece haver uma separação entre o equilíbrio atuarial e a saúde financeira do ente, e concluem dizendo que novas técnicas e teorias são defendidas como forma de apurar esses passivos de forma mais realista. No entanto ao se observar a representatividade dessas provisões em relação ao total dos passivos fica evidente o que apontam Fontoura *et al.* (2006), quando afirmam que existe uma necessidade de acompanhamento do equilíbrio econômico-financeiro dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos entes públicos, através da realização de avaliações técnicas periódicas para uma melhor projeção dos seus fluxos financeiros futuros.

Na pesquisa aqui apresentada foi observado que, apesar da importância dos passivos previdenciários para o equilíbrio fiscal e da fatia que esse passivo representa no endividamento dos entes públicos no Brasil, além da obrigatoriedade do reconhecimento imposto pelos normativos vigentes, apenas 60% em média da amostra divulgaram valores relativos a Provisões Matemáticas Previdenciárias.

Na Tabela 11 podem ser observados os valores médios dos itens Ativo, Passivo, Provisões Totais e Provisões Matemáticas Previdenciárias nos anos de 2011 a 2014.

Tabela 11– Evolução do Ativo, do Passivo, das Provisões Totais e das Provisões Matemáticas Previdenciárias nos Anos Estudados

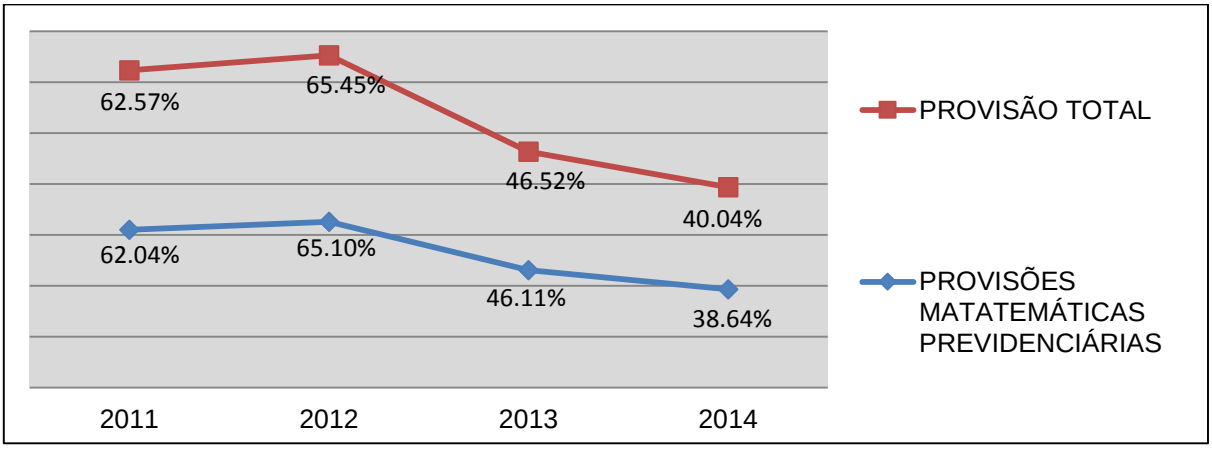
EXERCÍCIO	ATIVO	PASSIVO	PROVISÃO TOTAL	PROV. MAT. PREV.
2011	278.031,3	458.142,3	286.645,8	284.235,0
2012	346.746,6	571.776,2	374.243,3	372.205,9
2013	794.895,0	910.010,7	423.316,0	419.648,5
2014	798.884,7	957.053,9	383.164,1	369.813,3

Observações: Valores em Milhões.
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

No Gráfico 10 estão expostas as médias dos itens Provisões Totais e Provisões Matemáticas Previdenciárias em relação aos Passivos das entidades

estudadas que fizeram em suas Demonstrações Contábeis Patrimoniais o reconhecimento desses passivos. Para Fontoura *et al.* (2006) os custos e o desequilíbrio previdenciário no setor público constituem-se em algumas das principais influências no comprometimento da gestão governamental. Esse comprometimento parece ficar evidente ao se observar os dados dispostos no Gráfico 10, o total das provisões representa em média 53,6%, enquanto o total das provisões matemáticas previdenciárias representa em média 52,9% do Passivo. As informações detalhadas desses itens nos anos de 2011 a 2014 estão apresentadas no APÊNDICE F – Relação entre as Provisões Totais e Provisões Matemáticas Previdenciárias com o Passivo Total.

Gráfico 10 – Relação das Provisões Totais e das Provisões Matemáticas Previdenciárias com o Passivo Total



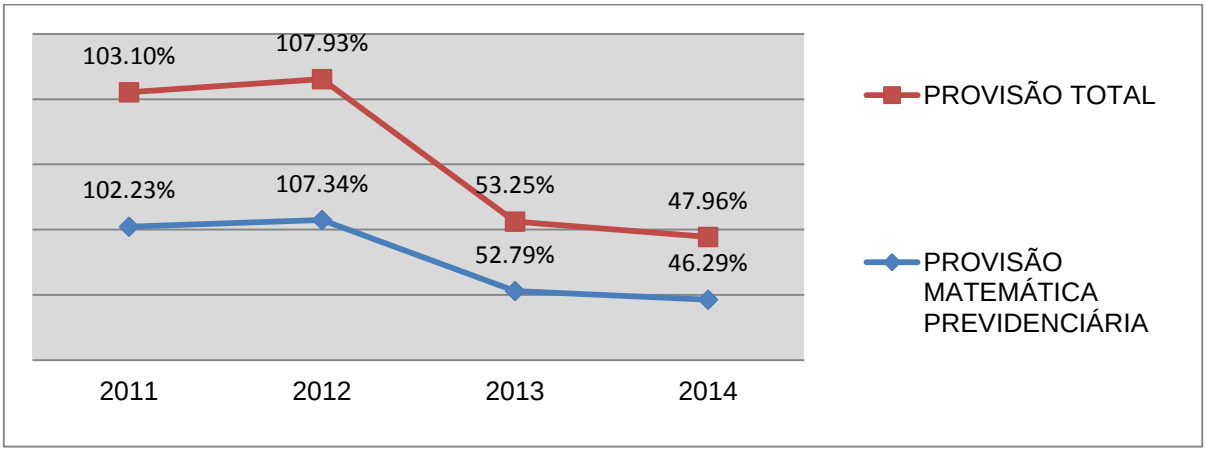
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Outra relação que pode demonstrar a relevância das provisões no endividamento público são os dados apresentados no Gráfico 11. Como apontou Vieira (2010) ao afirmar que esses passivos são importantes, já que estão relacionados aos riscos fiscais do endividamento.

No Gráfico 11 está apresentada a relação das provisões totais e das provisões matemáticas previdenciárias com o Ativo Total nos anos de 2011 a 2014. A média da provisão total em todo o período foi de 78,1%, enquanto a média das provisões

matemáticas previdenciárias foi de 77,1% do Ativo. Chama a atenção o resultado apurado nos dois primeiros exercícios estudados que representam mais de 100% do valor do Ativo. O crescimento do valor do ativo nos dois últimos anos da pesquisa trouxe a relação para valores semelhantes aos encontrados na relação com o Passivo. Essas alterações podem ser observadas de forma detalhada no APÊNDICE G – Relação entre as Provisões Totais e Provisões Matemáticas Previdenciárias com o Ativo Total.

Gráfico 11 – Relação das Provisões Totais e das Provisões Matemáticas Previdenciárias com o Ativo Total



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A Tabela 12 retrata a estatística descritiva da constituição e da reversão de provisões feitas na Demonstração das Variações Patrimoniais, chamam a atenção os valores que aparecem no ano de 2012, relativo à constituição de provisões e no ano de 2014, relativo à reversão de provisões.

Esses valores se referem a valores discrepantes apresentados por entes estudados nesses dois exercícios. O primeiro se refere ao estado do Rio Grande do Norte que em 2012 efetuou uma constituição de provisão matemática previdenciária no montante de 138,2 bilhões de reais. O segundo é referente à reversão de provisão registrada pelo Distrito Federal, no exercício de 2014, no valor de 312,7 bilhões de reais. Nenhum dos dois entes registrou, em notas explicativas,

informações que pudessem esclarecer a razão de montantes dão diferentes da média apresentada pelas outras entidades estudadas, bem como nos demais exercícios.

Tabela 12– Constituição e Reversão de Provisões na Demonstração das Variações Patrimoniais

2011	Constituição	Reversão
Média	9.221,2	341,0
Mediana	5.778,7	21,0
Desvio padrão	10.763,0	416,2

2012	Constituição	Reversão
Média	27.400,9	3.383,1
Mediana	1.317,0	181,4
Desvio padrão	48.386,2	5.807,8

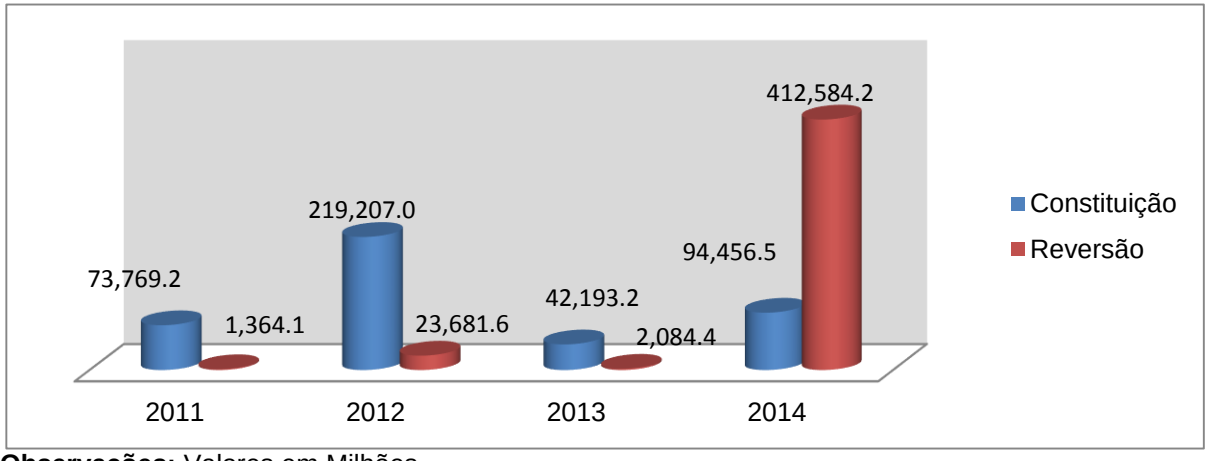
2013	Constituição	Reversão
Média	8.438,6	694,8
Mediana	3.552,7	29,2
Desvio padrão	9.834,2	911,9

2014	Constituição	Reversão
Média	6.297,1	27.505,6
Mediana	1.337,7	329,5
Desvio padrão	9.176,2	70.287,1

Observações: Valores em Milhões.
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Vieira (2010) fala das vantagens de uma evidenciação integral dos passivos que pode viabilizar uma melhor estrutura de governança pública, além de incrementar a transparência. Nesse exemplo do estado do Rio grande do Norte e do Distrito Federal é possível se observar o contrário do que se espera. A não divulgação das informações relativas a valores reconhecidos dificulta a identificação dos impactos que eles podem causar no futuro das entidades em questão.

Gráfico 12– Constituição e Reversão de Provisões na Demonstração das Variações Patrimoniais



Observações: Valores em Milhões.
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

O Gráfico 12 expõe a evolução dos valores totais da constituição e da reversão de passivos no período da pesquisa. No gráfico é possível visualizar a influência dos valores discrepantes nos anos de 2012 e 2014. Em 2011 o valor total da reversão representou 1,8% da constituição de provisões na Demonstração das Variações Patrimoniais; em 2012 10,8%, em 2013 4,9% e em 2014 436,8%.

Ficou demonstrado com os resultados apurados que os estados e o Distrito Federal progrediram no período estudado com relação ao *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes nas Demonstrações Contábeis Patrimoniais, mas é evidente também que muito ainda pode ser feito por esses entes públicos no sentido de evoluir na divulgação de informações úteis e confiáveis para seus usuários.

4.2. Análise das Regressões

Concluídas as análises dos resultados obtidos por meio da aplicação do *checklist*, passou-se para as análises da regressão aplicada, incluindo a análise das variáveis estudadas.

Além da qualidade do *disclosure* apresentado pelos entes do setor público que são objeto deste estudo, outras observações também podem ser feitas a partir da estatística descritiva que foi dividida em dois períodos, o primeiro que compreende os anos de 2011 e 2012, e que é identificado como antes do MCASP 5ª Edição, e o segundo que compreende os anos de 2013 e 2014 e que é aqui identificado como depois do MCASP 5ª Edição. Na Tabela 13 estão dispostos resultados das médias encontradas, além dos valores mínimos e máximos de cada um dos dois períodos das variáveis financeiras utilizadas na pesquisa.

A partir da análise descritiva da Tabela 13 é possível verificar que a média das transferências recebidas é de R$ 510 milhões, o que representa algo em torno

de 25% da média da receita bruta de todos os entes. O resultado encontrado para a variável transferências recebidas vem ao encontro do que foi abordado por Lopreato (2002) que aponta uma perda de autonomia causada pela dependência dos estados e do Distrito Federal dos recursos fiscais e a ampliação do controle da União sobre esses entes.

Tabela 13 - Estatística descritiva das Variáveis Financeiras Antes e Depois da Aplicação do MCASP 5ª Edição

	Antes (2011/2012)			Depois(2013/2014)		
Variável	**Média**	**Mínimo**	**Máximo**	**Média**	**Mínimo**	**Máximo**
Qualidade do *Disclosure*	4,39%	0,00	18,75	10,35	0,00	46,25
Receitas Orçamentárias *per capta*	3.418,00	1.711,00	7.376,72	4.733,31	2.263,00	9.203,00
Receitas Próprias *per capta*	1.903,00	625,00	5.162,10	2.614,02	923,00	6.304,00
Tamanho do Ativo *per capta*	4.614,00	946,00	17.463,18	6.521,23	1.299,23	29.205,71
Endividamento	1,46	-0,57	6,14	1,18	-0,59	5,82
Transferências Recebidas	5.100,0	1.130,0	13.000,0	6.200,0	2.320,0	18.500,0

Observações: Os resultados encontrados na variável Transferências Recebidas estão em Milhões.
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Outra observação importante que deve ser destacada está relacionada ao endividamento das entidades públicas, a média encontrada para os anos de 2011 e 2012 é de 1,46 do Ativo. Ressaltando-se que os maiores índices de endividamento no período foram apresentados pelos estados do Mato Grosso do Sul, com 6,12, e o do estado da Bahia, com 6,14. O endividamento em média foi menor no período após a aplicação do MCASP 5ª Edição, mas ainda chama à atenção a máxima apresentada de 5,82 representando endividamento muito alto e que foi apresentado no Balanço Patrimonial do estado da Bahia no ano de 2014.

Vieira (2010) apontou que o endividamento público no Brasil é tema recorrente tanto na academia quanto na mídia, e está relacionado ao risco de uma crise fiscal. Já Lopreato (2002) argumenta que esse problema de arrasta desde o

início dos anos 80 e que ainda hoje é um dos temas centrais na discussão sobre gestão do setor público brasileiro. Foi possível verificar através dos dados coletados nessa pesquisa que os índices de endividamento dos estados e do Distrito Federal parecem justificar essa preocupação com o tema.

Nos resultados encontrados na Tabela 14 é possível observar os valores médio, mínimo e máximo para a variável PIB *per capta* para cada ente estudado. Observa-se uma grande disparidade entre o mínimo e o máximo do PIB *per capta*, sendo que o máximo é oito vezes maior do que mínimo.

A variável escolarização, que representa o percentual da população que possui entre 8 e 10 anos de estudo teve média de 26,58%, e a variável analfabetismo ainda representava em média 12,09% da população com mais de 15 anos e que não sabe ler nem escrever. Esses valores demonstram que em média ainda é baixo o nível de escolarização no país, além de uma parcela representativa dessa população ainda são ser alfabetizada.

Tabela 14 – Estatística Descritiva das Variáveis Socioeconômicas

Variável	Média	Mínimo	Máximo
PIB *per capta*	19.948,00/ano	8.067,00	66.624,00
IDH	0,704	0,631	0,824
População	7.067.993hab	450.479	4.130.000.000
Renda Média *per capta*	919,81/mês	461,00	2.055,00
Densidade Demográfica	68,07hab/m^2	2,01	444,00
Escolarização	26,58%	19,00	34,60
Analfabetismo	12,09%	3,50	24,30
Acesso à Internet	45,41%	27,20	72,80

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A Tabela 15 apresenta o teste das médias das variáveis financeiras nos dois períodos estudados, que são identificados como antes e depois do MCASP 5ª Edição. A apresentação das médias das receitas orçamentárias *per capta*. Nesse é possível verificar um aumento de 38,45% na média das receitas orçamentárias para

o biênio 2013/2014. O valor do aumento na média *per capta* em valores absolutos foi de R$ 1.314,72.

No teste de média das receitas próprias *per capta* pode-se observar um aumento de 37,33% nessa variável, representado pela diferença entre as médias que foi de R$ 710,57. Sendo que no primeiro período de dois anos o valor era de R$ 1.903,44 e no segundo biênio foi de R$ 2.614,01.

Tabela 15 - Teste de Diferença de Média das Variáveis Financeiras

	Média		
Variável	**Antes**	**Depois**	**Diferença**
Receitas Orçamentárias *per capta*	3.418,59	4.733,31	-1.314,72
Receitas Próprias *per capta*	1.903,44	2.614,01	-710,57
Tamanho do Ativo *per capta*	4.614,14	6.521,23	-1.907,09
Endividamento	1,46	1,18	0,28
Transferências Recebidas	510.000,00	620.000,00	-110.000,00

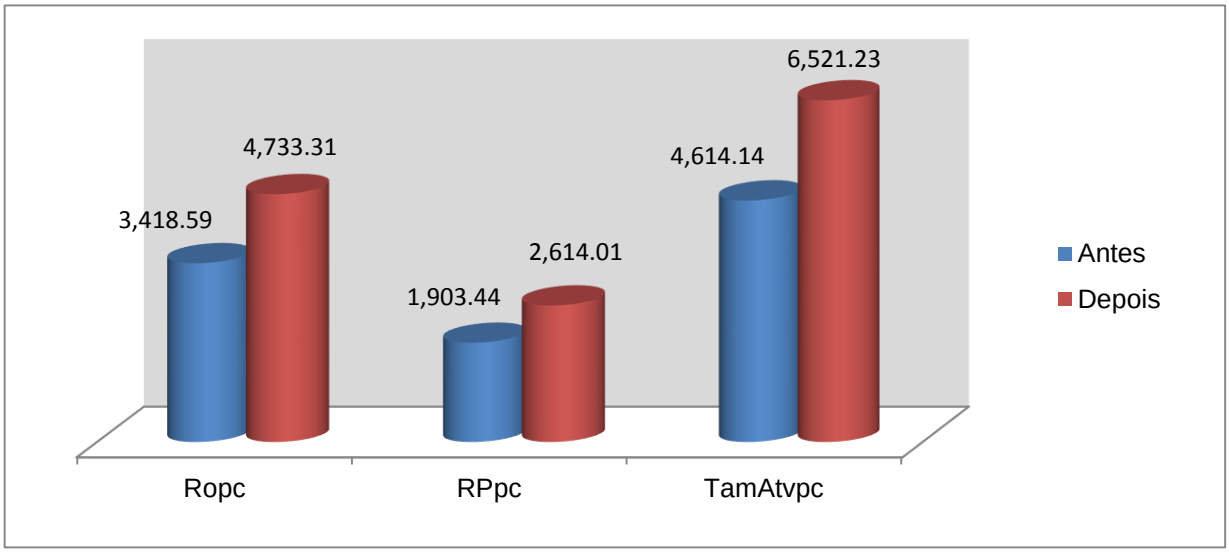
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Com relação à variável endividamento, também apresentada na Tabela 14 fica demonstrado que houve uma variação positiva de 0,28 nesse item, posto que a média que era de 1,46 foi reduzida para 1,18.

Por fim a tabela de teste de média apresenta os dados referentes às transferências recebidas e evidência que houve um incremento de R$110 milhões na média das transferências, que representa 21,5% a mais. Sendo que no segundo período estudado as transferências representaram em média 34% da receita bruta dos entes pesquisados.

O resultado do teste de média do ativo per capta evidencia que a média dessa variável cresceu entre os dois períodos pesquisados em R$ 1.907,09, passando de R$ 4.614,14 para R$ 6.521,23, representando um aumento do ativo de 41,33%. As médias das variáveis receitas orçamentárias *per capta*, receitas próprias *per capta* e tamanho do ativo *per capta* também estão apresentadas no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Teste de Médias das Variáveis Financeiras (*Per Capta)*



Observações: Receitas Orçamentárias *per capta* (Ropc), Receitas Próprias *per capta* (RPpc), Tamanho do Ativo *per capta* (TamAtpc),.
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Buscando responder a questão de pesquisa proposta neste trabalho foi utilizado o modelo de regressão linear múltiplo. Esse modelo foi utilizado visando analisar a relação das variáveis independentes, apresentadas no Quadro 3, com a variável dependente qualidade do *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes. Foram feitas duas regressões, a primeira incluindo a *dummy* de tempo (*t*>2012), avaliando o comportamento das variáveis nos períodos que são tratados neste trabalho como Antes e Depois do MCASP 5ª Edição. O resultado dessa regressão é mostrado na Tabela 16. A segunda regressão apresentada refere-se a todo o período da pesquisa, ou seja, aos quatro exercícios em que a pesquisa foi aplicada. Essa regressão está apresentada na Tabela 17.

Na primeira regressão é possível verificar que o modelo é útil, já que o teste f apresenta valor inferior a 0,05, Pode-se observar também que a regressão explica cerca de 38% do índice de qualidade de *disclosure* encontrado na pesquisa, visto que o R^2 encontrado é de 0,38.

Na regressão fica demonstrado que as variáveis que possuem relação significativa com o índice de qualidade do *disclosure* das provisões e dos passivos

contingentes são *dummy* de tempo, receitas próprias, endividamento, densidade demográfica e acesso à internet. Sendo que as variáveis receitas próprias e acesso à internet possuem grau de significância abaixo de 10%, enquanto para as variáveis *dummy* de tempo, endividamento e densidade demográfica o grau de significância verificado está abaixo de 1%.

Tabela 16 – Regressão Linear 2011 a 2014 com Dummy de Tempo (*t*>2012)

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,61
R-Quadrado	0,38
R-quadrado ajustado	0,28
Erro padrão	0,09
Observações	108

Análise da Variância	*Gl*	*SQ*	*MQ*	*F*	*Teste F*
Regressão	14,00000	0,51891	0,03707	4,03336	0,00002
Resíduo	93,00000	0,85464	0,00919		
Total	107,00000	1,37355			

	Coeficientes	*Erro padrão*	*Stat t*	*valor-P*	
Interseção	-0,25223	0,64830	-0,38907	0,69812	
Dammy de tempo	0,07557	0,02615	2,88973	0,00480	*
Receitas Orçamentárias (*pc)*	0,00000	0,00001	-0,00163	0,99870	
Receitas Próprias (*pc)*	0,00004	0,00002	1,66210	0,09986	***
Tamanho do Ativo (*pc)*	0,00000	0,00000	-1,03212	0,30469	
Endividamento	0,02257	0,00798	2,82739	0,00575	*
Transferências Recebidas	0,00000	0,00000	0,20378	0,83897	
PIB (*pc)*	0,00000	0,00000	-0,22198	0,82482	
IDH	1,08140	1,03578	1,04404	0,29917	
População	0,00000	0,00000	-1,37359	0,17287	
Renda Média (*pc)*	-0,00012	0,00014	-0,82860	0,40945	
Densidade Demográfica	0,00057	0,00019	2,92492	0,00433	*
Escolaridade	0,14996	0,36725	0,40835	0,68396	
Analfabetismo	-0,68766	0,43415	-1,58391	0,11661	
Acesso à Internet	-0,73245	0,43046	-1,70153	0,09219	***

Grau de significância: * e ***, 1% e 10% respectivamente**.**
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A variável *dummy* de tempo utilizada na regressão buscou avaliar qual variação da qualidade do *disclosure* entre os períodos identificados como antes e

depois da aplicação do MCASP 5ª Edição. Como resultado foi demonstrado que essa variável independente se mostrou significativamente relacionada à variável dependente, sendo essa relação positiva, indicando que os estados e o Distrito Federal se mostraram mais propensos a divulgar informações sobre as provisões e passivos contingentes a partir da aplicação do MCASP 5ª Edição.

Tabela 17 – Regressão Linear do Período de 2011 a 2014

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,57
R-Quadrado	0,32
R-quadrado ajustado	0,23
Erro padrão	0,10
Observações	108

Análise da Variância	*gl*	*SQ*	*MQ*	*F*	*Teste F*
Regressão	13,00000	0,44217	0,03401	3,43282	0,00024
Resíduo	94,00000	0,93137	0,00991		
Total	107,00000	1,37355			

	Coeficientes	*Erro padrão*	*Stat t*	*valor-P*	
Interseção	-0,27107	0,67314	-0,40270	0,68809	
Receitas Orçamentárias (*pc)*	0,00001	0,00001	0,63472	0,52715	
Receitas Próprias (*pc)*	0,00007	0,00002	3,17175	0,00205	*
Tamanho do Ativo (*pc)*	0,00000	0,00000	-1,00803	0,31603	
Endividamento	0,01747	0,00808	2,16134	0,03321	***
Transferências Recebidas	0,00000	0,00000	1,37020	0,17389	
PIB (*pc)*	-0,00001	0,00000	-1,21675	0,22675	
IDH	1,15077	1,07522	1,07026	0,28724	
População	0,00000	0,00000	-2,19669	0,03050	***
Renda Média (*pc)*	-0,00007	0,00015	-0,44237	0,65924	
Densidade Demográfica	0,00070	0,00020	3,55653	0,00059	*
Escolaridade	0,03570	0,37912	0,09416	0,92519	
Analfabetismo	-0,70957	0,45074	-1,57423	0,11879	
Acesso à Internet	-0,82282	0,44580	-1,84573	0,06808	***

Grau de significância: * e ***, 1% e 10% respectivamente**.**
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Assim como foi observado na primeira regressão apresentada, nessa segunda regressão, considerando que o teste f do modelo obteve resultado maior do que 0,05, é possível afirmar que o modelo é útil. Como o R^2 da regressão obteve

resultado de 0,32 é possível intuir que o modelo explica cerca de 32% do índice de qualidade de *disclosure* encontrado na pesquisa.

Pode-se observar na regressão que as variáveis que possuem relação significativa com o índice de qualidade do *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes são receitas próprias, endividamento, densidade demográfica, população e acesso à internet. Sendo que as variáveis receitas próprias e densidade demográfica possuem grau de significância a 1%, e as variáveis endividamento, população e acesso à internet possuem grau de significância a 10%. Os resultados encontrados nas regressões aplicadas demonstram que as variáveis receitas próprias, endividamento, população e densidade demográfica apresentam relação positiva com a qualidade do *disclosure* de provisões e passivos contingentes, enquanto a variável acesso à internet tem relação negativa.

Na variável receitas próprias a significância positiva encontrada demonstra que estados que possuem uma maior arrecadação tendem a divulgar mais os passivos contingentes e as provisões. Pode-se inferir que esses entes que são maiores arrecadadores são também os que mais possuem passivos contingentes e portanto estão mais inclinados a divulgá-los, como afirma Almeida-Santos (2015) ao defender que os entes como melhor situação de caixa estão mais propensos a assumir contingências para a manutenção de suas estruturas que também tendem a ser maiores. Outra leitura possível é que quanto maior for a arrecadação do ente, mais a gestão estará inclinada a divulgar informações sobre provisões e passivos contingentes.

Essa tendência também é apontada em outros trabalhos que utilizaram essa variável. Estudos como o de Lasward *et al*. (2005), que ao pesquisar o índice de *disclosure* de informações na internet por governos locais da Nova Zelândia concluiu

que as receitas próprias estão significativamente relacionadas com a divulgação voluntária, ou como e Almeida-Santos (2015) que encontrou significância positiva da variável receitas próprias em relação a evidenciação de passivos contingentes na LDO de municípios brasileiros. Contudo o trabalho de Robbins e Austin (1986) não encontrou essa mesma relação, as receitas próprias nesse caso não foram significativas.

A variável endividamento encontrou significância positiva nas duas regressões utilizadas. Esse resultado demonstra uma inclinação dos entes públicos mais endividados a evidenciar provisões e passivos contingentes nas Demonstrações Contábeis Patrimoniais. Pode-se inferir que aqueles entes que possuem maior índice de endividamento estão inclinados a divulgar mais provisões e passivos contingentes certamente como forma de deixar claro para os usuários das informações quais as principais fontes da dívida. Para Zonatto *et al*. (2011) o endividamento é uma das variáveis que pode explicar a adoção de padrões internacionais de contabilidade no Brasil, quando estudos uma amostra de empresas do setor elétrico. Outros autores, como Murcia; dos Santos (2009) e Rover *et al.* (2010), testaram a variável endividamento como determinante do *disclosure*, no entanto não encontraram significância para essa variável em suas pesquisas. Robbins e Austin (1986) também encontraram significância positiva do endividamento quando testaram a relação dessa variável com o índice de *disclosure* de informações nos relatórios contábeis de 200 municípios com mais de 50 mil habitantes dos Estados Unidos.

Foi encontrada significância positiva da variável população com a qualidade do *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes. O que faz parecer que os estados com maior população tendem a divulgar nos seus Balanços Contábeis

Patrimoniais mais informações sobre valores apurados de provisões e passivos contingentes. No estudo de Avelino *et al.*(2014) a variável população foi testada em relação ao nível de *disclosure* voluntário dos Municípios de Minas Gerais encontrando significância positiva. Já no trabalho de Robbins e Austin (1986) não foi encontrado significância em relação a divulgação voluntária nos estados.

Observando a variável densidade demográfica o resultado encontrado aponta na direção de que uma maior concentração populacional parece influenciar uma maior disposição dos gestores em divulgar o montante dos passivos estudados nesta pesquisa. Baseado nesse achado pode-se inferir que uma maior densidade populacional torna a população mais próxima do centro da administração pública o que pode resultar no crescimento da tendência do ente em divulgar provisões e passivos contingentes. O resultado encontrado contraria o estudo de Almeida-Santos (2015) que não encontrou significância da variável Densidade Demográfica em relação à divulgação de passivos contingentes na LDO.

Ainda sobre as regressões aplicadas chama a atenção o resultado encontrado para a variável acesso à internet, a intenção ao utilizar essa variável era verificar se o acesso da população a internet interfere na publicação por parte dos entes públicos, nas suas demonstrações patrimoniais, de informações sobre provisões e passivos contingentes. O resultado encontrado com significância negativa indica que o acesso à internet pela população, que no ano de 2013 era em média de 45%, tem influência negativa no *disclosure* pesquisado. Os estados que possuem maior taxa da população com acesso à internet estão inclinados a divulgar menos informação sobre provisões e passivos contingentes nos Demonstrativos Contábeis Patrimoniais. O que parece acontecer com essa variável é que apesar da população brasileira possuir uma possibilidade de acesso à internet, essa

possibilidade não se reflete no controle social. Uma parcela pequena da população parece transformar o acesso à internet em acesso à informação, e dessa forma o bom nível de acesso à internet que a população possui não se reverte em pressão social sobre os gestores públicos para a melhoria da qualidade do *disclosure* das provisões e passivos contingentes. O resultado encontrado para a variável frustra a expectativa existente no início desta pesquisa de que o acesso à internet possuísse relação positiva com a divulgação de informações e aponta para a confirmação do que Vaz (2003) concluiu ao afirmar que os cidadãos que utilizam a internet como meio para exercer o controle social e a participação política são os mesmos que já o fazem através de outros meios.

5. CONCLUSÕES

O estudo aqui apresentado tem sua base teórica firmada num tripé que é formado pela teoria da divulgação, pela transparência na gestão pública e pelos normativos de contabilidade aplicada ao setor público validos no Brasil no período referente a esta pesquisa que abordam as provisões e os passivos contingentes.

A pesquisa foi dividida em dois momentos específicos, o primeiro é definido pela aplicação de um *checklist* objetivando identificar o quanto dos registros e evidenciações dos itens pesquisados estavam sendo divulgados em conformidade com as recomendações feitas pelas normas estabelecidas, e a partir dos resultados encontrados foi estabelecido o *ranking* das entidades públicas estudadas considerando o índice de qualidade do *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes. No segundo momento da pesquisa, através da aplicação do modelo de regressão múltipla foi identificada a influência de características dos entes públicos, divididas em duas categorias: financeiras e socioeconômicas, nos índices de qualidade do *disclosure* por eles alcançados.

Como resultado da aplicação do *checklist* verificou-se que o *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes nos demonstrativos patrimoniais ainda é muito baixo, mas quando se observa cada exercício individualmente é possível verificar que houve um avanço no índice de divulgação durante todo o período. Esse achado revela uma tendência das entidades públicas na busca por melhorar a divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes, o que vai ao encontro da teoria do *disclosure* obrigatório quando afirma que a obrigatoriedade tende a gerar nos gestores uma cultura de divulgação.

Destacam-se positivamente os resultados apurados pelos estados do Rio de Janeiro e de Santa Catarina que alcançaram no último ano do estudo, índices de

qualidade de *disclosure* em torno dos 50%, e negativamente o resultado apresentado por Minas Gerais que não divulgou nenhum dos passivos estudados durante o período em que o trabalho foi aplicado.

Os achados parecem apontar para um esforço dos estados e do Distrito Federal na busca pela aplicação dos procedimentos contábeis inerentes a utilização do regime de competência, mas apontam que as entidades públicas ainda estão em processo de adaptação às novas práticas contábeis estabelecidas a partir do processo de convergência às normas internacionais. Os resultados encontrados parecem comuns quando se trata da transição entre dois modelos. Um fato que pode confirmar essa afirmação é que algumas entidades públicas estudadas ainda utilizam o termo provisões para designar contas redutoras do ativo, outras obrigações ou ainda para os passivos que são reconhecidos por competência, os *accruals*.

Outro resultado apontado pela pesquisa é a tendência de discricionariedade no tratamento dado pelos entes públicos a evidenciação de passivos contingentes, apenas 7% em média da amostra total divulgou alguma informação sobre esses itens em Notas Explicativas. Algumas razões podem causar essa tendência o que parece ser mais determinante na amostra estudada é a ambiguidade gerada na norma a partir das constantes alterações no prazo para o cumprimento das determinações.

Foram observadas algumas características das provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial durante os quatro anos em que a pesquisa foi aplicada. O valor médio do total das provisões foi de 16,2 bilhões de reais em 2011 e chegou a 19,2 bilhões em 2014. Já as provisões matemáticas previdenciárias somavam em média 15,8 bilhões em 2011 e chegou a 18,5 bilhões em 2014, representando em torno de

97% do total das provisões registradas. Se comparado ao passivo as provisões matemáticas previdenciárias representavam em torno de 53% do seu total. Indicando, assim, como os passivos previdenciários são determinantes na dívida pública dos estados e do Distrito Federal.

Os resultados encontrados na análise de regressão demonstraram que as características financeiras receitas próprias *per capta* e endividamento; e, as características socioeconômicas densidade demográfica, população e acesso à internet possuem relação significativa com a qualidade do *disclosure* de provisões e passivos contingentes*.* A única característica que exerceu relação negativa com o índice foi acesso à internet. Os resultados apontam que estados com mais arrecadação de receitas próprias, com maior endividamento, maior densidade demográfica e população tendem a divulgar mais as provisões e passivos contingentes. Mas os que possuem maior taxa de acesso à internet tendem a divulgar menos.

O que esses achados sugerem é uma tendência de que entes menos dependentes do governo central, devido seu poder de arrecadação, e possivelmente também como maior possibilidade de endividamento se inclinam a divulgar mais os passivos estudados. Infere-se que essa tendência seja resultado do desejo dos gestores dessas entidades para deixar claro para os usuários das informações qual é a origem do endividamento registrado.

População é uma variável que apresentou resultado significante positivamente nesta pesquisa. Os estados que possuem população maior tendem a divulgar mais, levando à inferência de que uma maior população cria uma pressão pela divulgação mais clara e detalhada de informações sobre passivos contingentes e provisões. A variável densidade demográfica que aponta que quanto maior for a

concentração populacional no ente público, maior será a probabilidade de que as provisões e passivos contingentes sejam divulgados, mostrando uma tendência que os entes que possuam maior concentração populacional e portanto estão mais próximo ao poder central, sofrem uma pressão maior por divulgar informações sobre provisões e passivos contingentes.

Merece destaque o resultado obtido na variável acesso à internet, que aparece como variável significante negativamente em relação ao *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes, demonstrando que apesar em média 45% da população ter acesso a esse serviço, isso não parece resultar numa pressão para que os governos melhorem a qualidade de sua divulgação. Inferindo-se que a população não utiliza o acesso que possui à internet como forma de exercer o controle social.

O trabalho aqui apresentado contribui para a literatura acadêmica por tratar do tema *disclosure* das provisões e dos passivos contingentes no setor público, tema ainda pouco explorado na academia, especialmente por utilizar como base de dados para aplicação da pesquisa as demonstrações patrimoniais, dando assim enfoque para as novas práticas e procedimentos decorrentes da aplicação do regime de competência na contabilidade governamental.

Para o setor público a contribuição deixada pelo estudo está relacionada à influência que os passivos estudados têm na formação da dívida pública. Poderá ser utilizada pelos órgãos reguladores como forma de controlar os valores já reconhecidos e compará-los aos que vierem a ser reconhecidos no futuro. Para os formuladores de políticas públicas poderá auxiliar no planejamento com vistas à redução dos riscos fiscais e do endividamento. Para entes e seus departamentos contábeis poderá contribuir no aperfeiçoamento das demonstrações contábeis por

eles divulgadas, melhorando a divulgação das provisões e dos passivos contingentes.

Esta pesquisa traz uma importante contribuição para a sociedade, pois quando descortina o atual estágio de passivos importantes na composição da dívida dos estados e do Distrito Federal, dá ao cidadão que exerce o controle social que lhe é prerrogativa, informações que o auxiliará na busca por maior transparência.

Esta pesquisa possui limitações, a primeira delas se refere à amostra, como a pesquisa foi aplicada utilizando os Demonstrativos Patrimoniais dos estados brasileiros e o Distrito Federal como amostra, ela não poderá ser generalizada para outros demonstrativos contábeis e nem para outros entes públicos. A segunda limitação está relacionada ao período em que a pesquisa foi aplicada. Considerando que ela abrange somente as demonstrações de quatro exercícios, 2011 a 2014, não se deve generalizar os resultados apurados para outros períodos.

Como recomendação para futuras pesquisas sugere-se estender o período de análise, considerando a publicação do MCAS 6ª Edição; além disso, pode-se aplicar a pesquisa em outras entidades públicas, a exemplo dos municípios de um estado, de uma região ou talvez as capitais dos estados; pode-se também incluir novas variáveis que possam tornar o modelo mais explicativo; pesquisas comparativas também poderão ser ventiladas, tais como entre a divulgação de passivos contingentes na LDO e nos Demonstrativos Patrimoniais, ou comparando-se períodos mais longos.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. Finanças públicas, democracia e *accountability*. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (Org.). ***Economia do setor Público no Brasil***. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p 75-102, 2004.

ADAM, A. Approaches of public finance sustainability taking into account the current economic context. **Financial Studies**, n. 1, p. 93-101, Bucharest, 2015.

ALBALADEJO, F. J. B.; LÓPEZ, B. B. Análisis del endeudamiento en los Ayuntamientos: un Estudio Empírico. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, v. 34, n. 126, p. 613-635, 2005.

ALBUQUERQUE, D.; FARIA, J. C. de. O reconhecimento da contingência nas demonstrações contábeis: provisão x reserva. In: XIII INIC, IX EPG E III INIC JR – UNIVAP, São José dos Campos, 2009. **Anais**. UNIVAP, São José dos Campos, 2009. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0264_0408_01.pdf> Acesso em: 22 Fev. 2016.

ALBUQUERQUE, C. de M.; BIZERRA, A. L. V. Convergência contábil na administração pública federal: o caso das instituições federais de ensino do estado do Rio de Janeiro. **Pensar Contábil**, v. 13, n. 52, p. 55-64, Rio de Janeiro, 2011.

ALMEIDA-SANTOS, P. S.; SCARPIN, J. Fatores financeiros da divulgação de passivos contingentes dos maiores municípios brasileiros. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, v. 12, n. 1, p. 13-24, Lisboa, 2013.

ALMEIDA-SANTOS, P. S.. Explorando a probabilidade da divulgação de passivos contingentes pelos governos locais brasileiros. **Espacios Públicos**, v. 18, n. 42, p 7-32, Toluca, 2015.

AVELINO B. C,.Índice de *disclosure* dos estados brasileiros: Uma abordagem da teoria da divulgação.In: 8º Congresso USP de Iniciação Científica, 2011. **Anais.** USP, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos112011/264.pdf Acesso em: 21 Fev. 2016.

AVELINO, B. C.; COLAUTO, R. D.; ANGOTTI, M.. Política de evidenciação de informações do setor público no estado de Minas Gerais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 31, n. 2, p. 47-61, Maringá, 2012.

AVELINO, B. C.; DA CUNHA, J. V. A.; DE LIMA, G. A. S. F.; Características explicativas do nível de *disclosure* voluntário de municípios do estado de Minas Gerais. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 2, p. 571-608, Joaçaba, 2014.

AYERS, B. C.; SCHWAB, C. M.; UTKE, S.. Noncompliance with mandatory disclosure requirements: the magnitude and determinants of undisclosed

permanently reinvested earnings. **The Accounting Review**, v. 90, n. 1, p. 59-93, Sarasota, 2014.

BATISTA, C. L. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. **Transinformação**, v. 22, n. 3, p. 225-231, Campinas, 2012.

BEST, N. J.; RIBEIRO, M. M., MATHEUS, R.: VAZ J. C. Internet e a participação cidadã nas experiências de orçamento participativo digital no Brasil. ***Cadernos PPG-AU/UFBA,*** v. 9, n. *2,* p. 105-124, Salvador, 2011

BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade Aplicada ao setor Público:** Abordagem simples e objetiva. São Paulo, Atlas, 2015.

BISCHOF, J.; DASKE, H.. Mandatory disclosure, voluntary disclosure, and stock market liquidity: Evidence from the EU bank stress tests. **Journal of accounting research**, v. 51, n. 5, p. 997-1029, Chicago, 2013.

BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R. S.; SALOTTI, B. M.. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 3, n. 3, p. 81-95, Salvador, 2010.

BRASIL, **Lei de responsabilidade fiscal: Lei complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000, e legislação correlata. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.113 p.

BRASIL, **Lei de acesso à informação Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011 – Brasília : Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em: 17 Jul. 2015.

CAETANO, T. P. *et al*. Evidenciação do passivo contingencial nas demonstrações contábeis: um estudo nas empresas de papel e celulose. In: 7º CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2010. **Anais**... São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos102010/432.pdf> Acesso em: 22 Fev. 2016.

CASTRO, M. C. C. S.; VIEIRA, L. K.; PINHEIRO, L. E. T. Comparação do *Disclosure* de Contingências Ativas e Passivas nas Empresas Brasileiras com Ações Negociadas na BM&FBOVESPA e na NYSE. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 20, n. 2, p. 52-69, Rio de Janeiro, 2015.

CHIU, T.; WANG, Y.. Determinants of social disclosure quality in taiwan: An application of stakeholder theory. **Journal of Business Ethics**,v 129, n.2, p.379-398, Springer, 2014.

CHO, C. H.; FREEDMAN, M.; PATTEN, D. M. Corporate disclosure of environmental capital expenditures: A test of alternative theories.**Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 25, n. 3, p. 486-507, Emerald, 2012.

COHEN, D.; HUANG, M. N. D. R.; ZACH, T. Warranty reserve: Contingent liability, information signal, or earnings management tool?. **The Accounting Review**, v. 86, n. 2, p. 569-604, Sarasota, 2011.

CONG, Y.; FREEDMAN, M.. Corporate governance and environmental performance and disclosures. **Advances in Accounting**, v. 27, n. 2, p. 223-232, Elsevier, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC, IPSAS 19 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **Manual da IFAC de Pronunciamentos Internacionais de Contabilidade do Setor Público**. Edição 2010. Disponível em: < http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/ipsas2010_web.pdf> Acesso em: 22 Fev. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Resolução 1.137/2008.** Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2008/001137> Acesso em: 15 Ago. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.** Disponível em : < http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/10 /PIPCP.pdf> Acesso em: 18 Dez. 2015.

CRUZ, C. F. *et al*. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-76, Rio de Janeiro, 2012.

CRUZ, C. V. O. A.; DE LIMA, G. A. S. F.. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 85-101, Blumenau, 2010.

DAUD, S. N. M.; PODIVINSKY, J. M. Federal government debt and economic growth: Evidence from Malaysia. **Progress in Development Studies**, v. 15, n. 3, p. 253-256, Sage, 2015.

DA SILVA, T. S.; CARRARO, W. B. W. H.; DA SILVA, L. M. Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em empresas de mineração, siderurgia e metalúrgica. **Contexto**, v. 4, n. 27, p 89-103, Porto Alegre, 2014.

DEGENHART, L. *et al*. Evidenciação de emissões ambientais em empresas brasileiras. In: XVI ENGEMA – USP, 2014. **Anais.** USP, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/93.pdf> Acesso em: 22 Fev. 2016.

DE SOUSA, H. V. *et al*. Convergência das normas brasileiras de contabilidade do setor público às normas internacionais de contabilidade do setor público: um ensaio teórico. In: XV SemeAd – FEA USP, 2014. **Anais.** USP, São Paulo, 2012. Disponível em:

<http://sistema.semead.com.br/15semead/resultado/trabalhosPDF/373.pdf> Acesso em: 22 Fev. 2016.

DOSHI, A. R.; DOWELL, G. WS; TOFFEL, M. W. How firms respond to mandatory information disclosure. **Strategic Management Journal**, v. 34, n. 10, p. 1209-1231, Unit Working Paper, 2013.

DOS SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F.; OLIVEIRA, E. A. de A. Q. Comunicação digital na gestão pública dos municípios da RMVP: acesso à informação, transparência e mecanismos de participação. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. v. 1, n. 1, p. 167-184, Blumenau, 2013.

FARIAS, M. R. S. Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente: um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro. In: 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, 2006. **Anais.** USP, São Paulo, 2006. Disponível em: < http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos62006/477.pdf> Acesso em: 22 Fev. 2016.

FONTELES, I. V. *et al*. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na bm&fbovespa. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 4, p. 85-98, Chapecó, 2014.

FRANCO, L. M. G. *et al*. Transparência na divulgação da contabilidade pública municipal paranaense no ambiente da internet. In; XXXVI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2012. **Anais.** AMPAD, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB1440.pdf> Acesso em: 22 Fev.2016.

FRANCO, L. M. G. *et al*. Nível de divulgação eletrônica da contabilidade pública dos municípios do Paraná no ambiente da internet. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 38, p. 140-153, Florianópolis, 2014.

FREIRE, P. A.; CASTRO, M.; FORTES, M.P.R. Acessibilidade dos sítios Web dos governos estaduais brasileiros: uma análise quantitativa entre 1996 e 2007*. **RAP Revista de Administração Pública.** v. 2, n. 43, p. 395-414, Rio de Janeiro, 2009.

GUIDRY, R. P.; PATTEN, D. M.. Voluntary disclosure theory and financial control variables: An assessment of recent environmental disclosure research. In: **Accounting Forum**. v. 36, n. 2,p. 81-90,Elsevier, 2012.

HENNES, K. M. Disclosure of contingent legal liabilities. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 33, n. 1, p. 32-50, Elsevier, 2014.

IATRIDIS, G. E. Environmental disclosure quality: Evidence on environmental performance, corporate governance and value relevance.**Emerging Markets Review**, v. 14, p. 55-75, Elsevier, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estados. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php> Acesso em: 15 Ago. 2015.

JALIL, A. Z. A.. Fiscal Efficiency of Malasia state governments: Effects of intra-governmental grants. **Journal of Economics Studies**, v 47, n. 1, p 55-72, Malasia, 2010.

KHANNA, T.; PALEPU, K. G.; SRINIVASAN, S.. Disclosure practices of foreign companies interacting with US markets. **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 2, p. 475-508, Chicago, 2004.

KOPITS, G.; CRAUG, J.. Transparency in government operations. In: Conference on Transparency and Development in Latin America and the Caribbean. Inter-American Development Bank, 2000. Disponível em: http://www.iadb.org/leg/Seminar/Documents/Transparency%20Kopitz%20Eng.pdf Acesso em: 21 Fev. 2016.

LASWAD, F.; FISHER, R.; OYELERE, P.. Determinants of voluntary Internet financial reporting by local government authorities. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, n. 2, p. 101-121, Elsevier, 2005.

LEAL, P. H. *et al*. Divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais sob a ótica da teoria institucional. In: IX Congresso Anpcont, Curitiba, 2015. **Anais.** Anpcont, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://congressos.anpcont.org.br/ix/anais/artigo/cue-049-divulgacao-de-provisoes-e-passivos-contingentes-ambientais-sob-a-otica-da-teoria-institucional> Acesso em: 22 Fev. 2016.

LOPREATO, F. L. C. O endividamento dos governos estaduais nos anos 90. **Economia e Sociedade**, v. 15, p. 117-158, Campinas, 2000.

MACÊDO, F. F. R. R.; KLANN, R. C. Análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP): Um estudo nas unidades da federação do brasil. **Revista Ambiente Contábil**, v. 6, n. 1, p. 253-272, Natal, 2014.

MACEDO, M. A. da S.; DE ARAÚJO, M. B. V.; BRAGA, J. P.. Impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade na relevância das informações contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 6, n. 4, p. 367-382, Brasília, 2012.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M.. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista contabilidade e finanças**, v. 17, p. 65-79, São Paulo, 2006.

MAPURUNGA, P. V. R.; DE MENESES, A. F.; PETER, M. da G A. O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade: Uma realidade nos setores privado e público brasileiros. **Revista Controle**, v. 9, n. 1, p. 87-107, Fortaleza, 2011.

MARTANI, D.; NASTITI, D.; TRI W., P.. Disclosure of non-financial information about public services on the official website of local governments in indonesia. **Journal of Theoretical & Applied Information Technology**, v. 66, n. 1, p. 500-512, Jatit, 2014.

MELLO, G. R. de; SLOMSKI, V.. Verificando o endividamento dos estados brasileiros: uma proposta utilizando análise multivariada de dados. In: 30º EnANPAD, Salvador, 2006. **Anais.** Anpad, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsb-0632.pdf> Acesso em: 22 Fev. 2016.

MENESES, A. F. de; PETER, M. da G. A.. Evidenciação das demonstrações contábeis: um estudo sob a óptica do processo de convergência das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. In: VI Congresso ANPCONT, Florianópolis, 2012. **Anais.** Anpcont, São Paulo, 2012. Disponível em: < http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/vi/images/cue%2068.pdf> Acesso em: 22 Fev. 2016.

MOURA, G. D. de; VARELA, P. S.; BUEREN, I. M. Conformidade do *disclosure* obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa: Uma análise de empresas listadas na Bovespa. 2011. **Revista de Administração Mackenzie – RAM,** v. 15, n. 5, p. 140-170. São Paulo, 2014.

MURCIA, F. DR.; DOS SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de *disclosure* voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 3, n. 2, p. 72-95, Brasília, 2009.

MURCIA, F. DR. *et al*. Mapeamento da pesquisa sobre *disclosure* ambiental no cenário internacional: uma revisão dos artigos publicados em periódicos de língua inglesa no período de 1997 a 2007. **ConTexto**, v. 10, n. 17, p. 7-18, Porto Alegre, 2010.

NUNES, J. G. *et al*.. Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&FBOVESPA de sustentabilidade empresarial. **BASE–Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 7, n. 4, p. 328-340, São Leopoldo, 2010.

OLIVEIRA, R. R.; DA SILVA, A. M. C.; DE MORAES, M. C.C. Transparência do orçamento governamental dos países: um estudo acerca da associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. **Pensar Contábil**, v. 10, n. 42, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, A. F.; BENETTI, J. E.; VARELA, P. S. *Disclosure* das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBovespa. In: V CONGRESSO DA ANPCONT, Vitória, 2011. **Anais**. AnpCont, São Paulo, 2011. Disponível em: < http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/v/images/250-2.pdf> Acesso em: 22 Fev. 2016.

ÖZKAYA, A. Hidden Overhang of Domestic Debt and Its Role in the This-Time-Is-Different Syndrome: An Empirical Contingent Liabilities Model. **Emerging Markets Finance and Trade**, v. 50, n. 4, p. 73-94, Sharpe, 2014.

PAHUJA, S.. Relationship between environmental disclosures and corporate characteristics: a study of large manufacturing companies in India. **Social Responsibility Journal**, v. 5, n. 2, p. 227-244, Emerald, 2009.

PALUMBO, G.; ZAPOROWSKI, M. P. Determinants of Municipal Bond Ratings for General-Purpose Governments: An Empirical Analysis. **Public Budgeting & Finance**, v. 32, n. 2, p. 86-102, Bufallo, 2012.

PINHO, J. A. G. de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 471-493, Rio de Janeiro, 2008.

PIANCASTELLI, M.; BOUERI, R.. **Dívida dos estados 10 anos depois**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2008. Disponível em: < https://www.econstor.eu/dspace/bitstream/10419/91322/1/589386824.pdf> Acesso em: 12 Set. 2015.

PINTO, A. F. *et al*. Value relevance da evidenciação de provisões e passivos contingentes. **Pensar Contábil**, v. 16, n. 61, p. 54-65, Rio de Janeiro, 2015.

PONTE, V. M. R. *et al*. Análise das práticas de evidenciação de informações obrigatórias, não-obrigatórias e avançadas nas demonstrações contábeis das sociedades anônimas no Brasil: um estudo comparativo dos exercícios de 2002 e 2005. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 18, n. 45, p. 50-62,USP, São Paulo, 2007.

PRIETO, M. F.; MARTINS, V. F.. Adoção das normas internacionais de contabilidade pública no Brasil: uma análise nos demonstrativos da união no triênio 2010 a 2012. **RAGC**, v. 3, n. 5, p. 01-22, Monte Carmelo, 2015.

ROBBINS, W. A.; AUSTIN, K. R. Disclosure quality in governmental financial reports: An assessment of the appropriateness of a compound measure. **Journal of Accounting Research**,v. 24, n. 2, p. 412-421, Autumn,1986.

ROVER, S. *et al*. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, v. 47, nº 2, p. 217-230, São Paulo, 2012.

SALOTTI, B.; YAMAMOTO, M. Ensaio sobre a teoria da divulgação. **Brazilian Business Review**, v. 2, n. 1, p. 53-70, Vitória, 2005.

SANTANA JUNIOR, J. J. B. de. **Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UNB, UFPE, UFPB e UFRN, 176 p., Recife, 2008.

SANTANA, V. de F.; DA COSTA, T. de M. T. Avaliação de passivos previdenciários sob a perspectiva de queda da taxa de juros. In: III Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis–AdCont, Rio de Janeiro, 2012. **Anais**. AdCont, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < http://adcont.ppgcc.ufrj.br/index.php/adcont/adcont2012/search/authors/view?firstName=Ver%C3%B4nica&middleName=de%20F%C3%A1tima&lastName=Santana&affi

liation=Universidade%20Federal%20de%20Vi%26ccedil%3Bosa&country=BR> Acesso em: 22 Fev. 2016.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte II – Procedimentos Patrimoniais**. 5ª Edição. Brasília, 2012. Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773> Acesso em: 22 Fev. 2016.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO. **Demonstrativos Contábeis dos anos de 2013 e 2014.** Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> Acesso em: 02 Ago. 2015.

SUAVE, R. *et al*. Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. **Revista da UNIFEBE**, v. 2, n. 11, 2013. Disponível em: < http://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/130/61> Acesso em: 21 Fev. 2016.

TAVARES, L. E.; PEREIRA, N. A transparência pública na era digital. In: V Simpósio Nacional da ABCiber. **Anais.** UDESC-UFSC, Florianópolis, 2011. Disponível em: https://issuu.com/lucaspretti/docs/atransparenciapublicanaeradigital/1 Acesso em : 21 Fev.2016.

VAZ, J. C. Uso da internet pelos governos e promoção da cidadania. **Revista Unicsul,** v. 8, nº 10, p. 1-15, São Paulo, 2003.

VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 97-180, Elsevier, 2001.

VIEIRA, L. M.. **Nova Contabilidade Governamental brasileira e a evidenciação integral do valor dos passivos no Balanço Patrimonial federal: o caso dos restos a pagar não processados, das despesas de exercícios anteriores e dos passivos reconhecidos por insuficiência de crédito.** 2010. Monografia (XV Prêmio Tesouro Nacional), Escola de Administração Fazendária, 61 f., Brasília, 2010.

VOGT, M.; *et al*. Evidenciação ambiental sobre resíduos em empresas brasileira. In: XVI Engema – FEA USP, São Paulo, 2014. **Anais.** USP, São Paulo, 2014. Disponível em: < http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/92.pdf> Acesso em: 22 Fev. 2016.

ZONATTO, V. C. da S. *et al*. Fatores determinantes para a adoção de padrões internacionais de contabilidade no Brasil: uma investigação em empresas públicas e privadas do setor de energia elétrica. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 12, p. 26-47, USP, São Paulo, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Lista dos sítios dos entes estudados

ACRE:
www.ac.gov.br
ALAGOAS:
www.sefaz.al.gov.br
AMAPÁ:
www.transparencia.ap.gov.br
AMAZONAS:
www.transparencia.am.gov.br
BAHIA:
www.sefaz.ba.gov.br
CEARÁ:
www.sefaz.ce.gov.br
DISTRITO FEDERAL:
www.fazenda.df.gov.br
ESPÍRITO SANTO:
www.transparencia.es.gov.br
GOIÁS:
www.sefaz.go.gov.br
MARANHÃO:
www.seplan.ma.gov.br
MATO GROSSO:
www.transparencia.mt.gov.br
MATO GROSSO DO SUL
www.sefaz.ms.gov.br/age
MINAS GERAIS:
www.fazenda.mg.gov.br
PARÁ:
www.sefa.pa.gov.br
PARAÍBA:
www.siaf.cge.pb.gov.br
PARANÁ:
www.portaldatransparencia.pr.gov.br
PERNAMBUCO:
www2.transparencia.pe.gov.br
PIAUÍ:
www.transparencia.pi.gov.br

RIO DE JANEIRO:
www.transparencia.rj.gov.br
RIO GRANDE DO NORTE:
www.control.rn.gov.br
RIO GRANDE DO SUL:
www.transparencia.rs.gov.br
RONDÔNIA:
www.transparencia.ro.gov.br
RORAIMA:
www.transparencia.rr.gov.br
SANTA CATARINA:
www.sef.sc.gov.br
SÃO PAULO:
www.fazenda.sp.gov.br
SERGIPE:
www.transparenciasergipe.se.gov.br
TOCANTINS:
www.compras.to.gov.br/sgc

APÊNDICE B – Checklist para coleta de dados

CHECKLIST PARA COLETA DOS DADOS			
RECONHECIMENTO NO BP E DVP			
PROVISÕES	**S(1)/N(0)**	**PONTUAÇÃO**	**PONTUAÇÃO**
Foram registrados os valores a título de Provisões a Curto Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - União no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Outras Provisões a Curto Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisões a Longo Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Plano Previdenciário - Plano de Amortização no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Financeiro no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário no Balanço Patrimonial?	1	1	1

Foram registrados os valores a título de Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - União no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Outras Provisões a Longo Prazo no Balanço Patrimonial?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de VPD de Constituição de Provisões no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de VPD de Provisões para Riscos Fiscais no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de VPD de Provisão para Riscos Cíveis no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de VPD de Provisão para Repartição de Créditos no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS - União no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS - Estados no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS - Município no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de VPD de Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de VPD de Outras Provisões no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Reversão de Provisões no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1

Foram registrados os valores a título de Reversão de Provisões – Inter OFSS - União no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Reversão de Provisões – Inter OFSS - Estados no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1
Foram registrados os valores a título de Reversão de Provisões – Inter OFSS - Municípios no Demonstrativo das Variações Patrimoniais?	1	1	1
EVIDENCIAÇÃO EM NOTAS EXPLICATIVAS			
PROVISÕES			
Foram evidenciadas informações a título de Provisões de Curto Prazo?	1	1	1
Foi evidenciado o valor do início do período, para cada tipo de Provisão de Curto Prazo?	1	1	1
Foi evidenciado o valor do final do período, para cada tipo de Provisão de Curto Prazo?	1	1	1
Foram evidenciadas provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes, para cada tipo de Provisão de Curto Prazo?	1	1	1
Foram evidenciados os valores utilizados durante o período, para cada tipo de Provisão de Curto Prazo?	1	1	1
Foram evidenciados os valores não utilizados revertidos durante o período, para cada tipo de Provisão de Curto Prazo?	1	1	1
Foi evidenciado o aumento, durante o período, no valor descontado a valor presente, proveniente do decurso do tempo, e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto para cada tipo de Provisão de Curto Prazo?	1	1	1
Foi evidenciada uma breve descrição da natureza da obrigação , para cada tipo de Provisão de Curto Prazo?	1	1	1
Foi evidenciada a periodicidade prevista de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes, para cada tipo de Provisão de Curto Prazo?	1	1	1
Foi evidenciada uma indicação das incertezas sobre o valor dessas saídas, para cada tipo de Provisão de Curto Prazo?	1	1	1
Foi evidenciada uma indicação das incertezas sobre a periodicidade dessas saídas, para cada Provisão de Curto Prazo?	1	1	1
Foi evidenciado o valor de qualquer reembolso esperado, para cada tipo de Provisão de Curto Prazo?	1	1	1
Foi evidenciado o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado, para cada tipo de Provisão de Curto Prazo?	1	1	1
Foram evidenciadas informações a título de Provisões de Longo Prazo?	1	1	1
Foi evidenciado o valor do início do período, para cada tipo de Provisão de Longo Prazo?	1	1	1
Foi evidenciado o valor do final do período, para cada tipo de Provisão de Longo Prazo?	1	1	1
Foram evidenciadas provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes, para cada tipo de Provisão de Longo Prazo?	1	1	1

Foram evidenciados os valores utilizados durante o período, para cada tipo de Provisão de Longo Prazo?	1	1	1
Foram evidenciados os valores não utilizados revertidos durante o período, para cada tipo de Provisão de Longo Prazo?	1	1	1
Foi evidenciado o aumento, durante o período, no valor descontado a valor presente, proveniente do decurso do tempo, e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto?	1	1	1
Foi evidenciada uma breve descrição da natureza da obrigação , para cada tipo de Provisão de Longo Prazo?	1	1	1
Foi evidenciada a periodicidade prevista de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes, para cada tipo de Provisão de Longo Prazo?	1	1	1
Foi evidenciada uma indicação das incertezas sobre o valor dessas saídas, para cada tipo de Provisão de Longo Prazo?	1	1	1
Foi evidenciada uma indicação das incertezas sobre a periodicidade dessas saídas, para cada tipo de Provisão de Longo Prazo?	1	1	1
Foi evidenciado o valor de qualquer reembolso esperado, para cada tipo de Provisão de Longo Prazo?	1	1	1
Foi evidenciado o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado, para cada tipo de Provisão de Longo Prazo?	1	1	1
PASSIVOS CONTINGENTES			
Foram evidenciadas informações a título de Passivos Contingentes?	1	1	1
Foram evidenciadas informações de riscos fiscais a título de Passivos Contingentes?	1	1	1
Foram evidenciadas informações de riscos cíveis a título de Passivos Contingentes?	1	1	1
Foram evidenciadas informações a trabalhistas a título de Passivos Contingentes?	1	1	1
Foram evidenciadas informações de riscos previdenciários a título de Passivos Contingentes?	1	1	1
Foram evidenciadas informações de riscos ambientais a título de Passivos Contingentes?	1	1	1
Foi evidenciada uma breve descrição da natureza de cada tipo de Passivo Contingente?	1	1	1
Foi evidenciado o valor do início do período, para cada tipo de Passivo Contingente?	1	1	1
Foi evidenciado o valor do final do período, para cada tipo de Passivo Contingente?	1	1	1
Foi evidenciada a estimativa do efeito financeiro, para cada tipo de Passivo Contingente?	1	1	1
Foi evidenciada a indicação das incertezas relacionadas ao valor de qualquer saída, para cada tipo de Passivo Contingente?	1	1	1
Foi evidenciada a indicação das incertezas relacionadas a periodicidade de qualquer saída, para cada tipo de Passivo Contingente?	1	1	1
Foi evidenciada a possibilidade de qualquer reembolso, para cada tipo de Passivo Contingente?	1	1	1
TOTAL		**82**	**82**

APÊNDICE C – Ranking das Entidades Públicas Brasileiras que mais divulgaram Provisões e Passivos Contingentes por ano estudado

	ENTES DA FEDERAÇÃO	RESULTADO 2011
1	SANTA CATARINA	21,43%
2	RIO DE JANEIRO	20,00%
3	DISTRITO FEDERAL	18,18%
4	ALAGOAS	17,86%
5	BAHIA	15,56%
5	PARÁ	15,56%
7	RIO GRANDE DO NORTE	15,38%
8	ESPÍRITO SANTO	14,29%
8	PERNAMBUCO	14,29%
10	PIAUÍ	13,89%
11	ACRE	13,33%
12	GOIÁS	13,33%
13	PARAÍBA	13,33%
14	PARANÁ	12,50%
15	TOCANTINS	12,12%
16	MATO GROSSO	9,30%
17	MARANHÃO	9,09%
18	MATO GROSSO DO SUL	8,70%
19	RODÔNIA	8,70%
20	RORAIMA	8,70%
21	AMAPÁ	0,00%
22	AMAZONAS	0,00%
23	CEARÁ	0,00%
24	MINAS GERAIS	0,00%
25	RIO GRANDE DO SUL	0,00%
26	SÃO PULO	0,00%
27	SERGIPE	0,00%

	ENTES DA FEDERAÇÃO	RESULTADO 2012
1	SANTA CATARINA	24,64%
2	MATO GROSSO DO SUL	22,86%
3	RIO DE JANEIRO	22,22%
4	DISTRITO FEDERAL	20,83%
5	BAHIA	20,00%
6	TOCANTINS	20,00%
7	ESPÍRITO SANTO	17,14%
8	ACRE	16,67%
9	PARÁ	16,67%
10	PIAUÍ	15,79%
11	PERNAMBUCO	14,29%
12	AMAZONAS	13,89%
13	RIO GRANDE DO NORTE	13,89%
14	ALAGOAS	13,33%
15	MATO GROSSO	13,33%
16	PARAÍBA	13,33%
17	MARANHÃO	13,04%
18	SERGIPE	12,50%
19	RODÔNIA	11,54%
20	RORAIMA	8,70%
21	AMAPÁ	0,00%
22	CEARÁ	0,00%
23	GOIÁS	0,00%
24	MINAS GERAIS	0,00%
25	PARANÁ	0,00%
26	RIO GRANDE DO SUL	0,00%
27	SÃO PULO	0,00%

	ENTES DA FEDERAÇÃO	RESULTADO 2013
1	RIO DE JANEIRO	48,28%
2	SANTA CATARINA	43,90%
3	RIO GRANDE DO SUL	28,57%
4	BAHIA	27,08%
5	RODÔNIA	24,44%
5	MATO GROSSO	23,64%
7	TOCANTINS	22,86%
8	MATO GROSSO DO SUL	22,22%
9	AMAZONAS	21,74%
10	SÃO PULO	21,74%
10	ACRE	17,39%
10	ESPÍRITO SANTO	17,39%
10	RIO GRANDE DO NORTE	17,39%
14	PERNAMBUCO	15,56%
14	DISTRITO FEDERAL	13,33%
14	PARÁ	13,33%
14	PIAUÍ	13,04%
18	RORAIMA	13,04%
18	MARANHÃO	12,12%
20	ALAGOAS	11,11%
21	PARAÍBA	11,11%
21	SERGIPE	6,67%
23	AMAPÁ	0,00%
23	CEARÁ	0,00%
23	GOIÁS	0,00%
23	MINAS GERAIS	0,00%
23	PARANÁ	0,00%

	ENTES DA FEDERAÇÃO	RESULTADO 2014
1	RIO DE JANEIRO	51,72%
2	SANTA CATARINA	47,56%
3	SÃO PULO	36,96%
4	MATO GROSSO DO SUL	34,21%
5	PERNAMBUCO	31,75%
6	RIO GRANDE DO SUL	31,25%
6	RORAIMA	30,56%
8	MARANHÃO	30,43%
8	DISTRITO FEDERAL	29,17%
10	AMAZONAS	27,27%
10	BAHIA	27,08%
10	ESPÍRITO SANTO	27,08%
10	RODÔNIA	26,32%
14	TOCANTINS	26,32%
15	PIAUÍ	25,71%
16	PARÁ	24,29%
17	MATO GROSSO	23,64%
17	SERGIPE	20,00%
19	ACRE	19,44%
20	PARANÁ	13,89%
21	AMAPÁ	13,33%
22	ALAGOAS	12,50%
22	RIO GRANDE DO NORTE	12,50%
22	CEARÁ	11,76%
22	PARAÍBA	6,67%
26	GOIÁS	0,00%
26	MINAS GERAIS	0,00%

APÊNDICE D – Ranking das Entidades Públicas Brasileiras que mais divulgaram Provisões e Passivos Contingentes - Média dos Quatro Anos

	ENTES DA FEDERAÇÃO	RESULTADO MÉDIA
1	RIO DE JANEIRO	35,56%
2	SANTA CATARINA	34,38%
3	BAHIA	22,43%
4	MATO GROSSO DO SUL	22,00%
5	DISTRITO FEDERAL	20,38%
6	TOCANTINS	20,32%
7	ESPÍRITO SANTO	18,98%
8	PERNAMBUCO	18,97%
9	RODÔNIA	17,75%
10	MATO GROSSO	17,48%
11	PARÁ	17,46%
12	PIAUÍ	17,11%
13	ACRE	16,71%
14	MARANHÃO	16,17%
15	AMAZONAS	15,73%
16	RORAIMA	15,25%
17	RIO GRANDE DO SUL	14,96%
18	RIO GRANDE DO NORTE	14,79%
19	SÃO PULO	14,67%
20	ALAGOAS	13,70%
21	PARAÍBA	11,11%
22	SERGIPE	9,79%
23	PARANÁ	6,60%
24	AMAPÁ	3,33%
25	GOIÁS	3,33%
26	CEARÁ	2,94%
27	MINAS GERAIS	0,00%

APÊNDICE E – Provisões Totais por Ano da Pesquisa

2011	PROVISÃO TOTAL
ACRE	6.129.188.519,30
ALAGOAS	364.000.000,00
BAHIA	57.540.811.794,00
DISTRITO FEDERAL	4.657.113.000,00
ESPÍRITO SANTO	212.020.638,93
MARANHÃO	12.304.761.314,91
MATO GROSSO	12.174.428.240,03
MATO GROSSO DO SUL	9.555.245.420,23
PARÁ	1.482.178.258,37
PERNAMBUCO	34.190.442.626,44
PIAUÍ	18.653.308.548,82
RIO DE JANEIRO	123.333.579.000,00
RIO GRANDE DO NORTE	-14.351.318,79
RONDÔNIA	3.414.968.049,70
RORAIMA	383.232.987,12
SANTA CATARINA	789.598.000,00
SERGIPE	30.135.672,61
TOCANTINS	6.496.360.287,84
TOTAL	**291.697.021.039,51**

2012	PROVISÃO TOTAL
ACRE	1.076.063.575,18
ALAGOAS	428.021,80
AMAZONAS	318.696.338,01
BAHIA	109.737.071.037,04
DISTRITO FEDERAL	45.457,72
ESPÍRITO SANTO	284.613.025,47
MARANHÃO	9.902.020.152,51
MATO GROSSO	13.612.695.464,00
MATO GROSSO DO SUL	44.611.094.795,02
PARÁ	2.694.512.312,78
PERNAMBUCO	38.815.518.819,23
PIAUÍ	15.850.119.929,00
RIO DE JANEIRO	135.664.395.000,00
RIO GRANDE DO NORTE	-7.925.569.927,45
RONDÔNIA	729.473.310,19
RORAIMA	383.232.987,12
SANTA CATARINA	787.741.000,00
SERGIPE	33.759.153,77
TOCANTINS	7.701.701.369,12
TOTAL	**374.277.611.820,51**

2013	PROVISÃO TOTAL
ACRE	7.594.855.614,87
ALAGOAS	428.701,52
AMAZONAS	1.177.708.427,89
BAHIA	121.609.575.165,27
DISTRITO FEDERAL	-1.035.793.366,42
ESPÍRITO SANTO	682.529.457,08
MARANHÃO	1.489.603.239,41
MATO GROSSO	14.631.970.068,71
MATO GROSSO DO SUL	51.435.616.537,80
PARÁ	2.049.099.146,87
PARANÁ	4.654.426.296,78
PERNAMBUCO	44.096.874.349,98
PIAUÍ	15.850.119.929,01
RIO DE JANEIRO	152.738.453.935,53
RIO GRANDE DO NORTE	-7.925.569.927,45
RIO GRANDE DO SUL	28.142.789,56
RONDÔNIA	872.767.948,06
RORAIMA	386.267.204,51
SANTA CATARINA	989.895.560,83
SÃO PULO	2.763.345.197,25
SERGIPE	30.140.457,52
TOCANTINS	13.908.684.899,01
TOTAL	**428.029.141.633,59**

2014	PROVISÃO TOTAL
ACRE	8.848.909.736,60
AMAZONAS	1.588.581.710,55
BAHIA	139.175.975.532,10
DISTRITO FEDERAL	-1.772.700.731,64
ESPÍRITO SANTO	892.019.610,42
MARANHÃO	1.161.590.230,26
MATO GROSSO	15.528.379.790,21
MATO GROSSO DO SUL	492.762.684,94
PARÁ	2.716.144.214,52
PARANÁ	3.589.888,04
PERNAMBUCO	162.555.430,14
PIAUÍ	89.878.945,10
RIO DE JANEIRO	178.184.594.808,23
RIO GRANDE DO SUL	7.475.840.849,67
RONDÔNIA	820.766.382,95
RORAIMA	1.218.748.445,41
SANTA CATARINA	1.320.908.569,97
SÃO PULO	7.878.225.064,36
SERGIPE	15.444.460,01
TOCANTINS	17.543.472.668,59
TOTAL	**383.345.688.290,43**

APÊNDICE F – Relação entre as Provisões Totais e Provisões Matemáticas Previdenciárias com o Passivo Total

		2011				
	ENTE DA FEDERAÇÃO	**passivo**	**PROVISÃO TOTAL**		**PROV. MAT. PREV.**	
1	ACRE	8.095.795.195,74	6.129.188.519,30	**75,71%**	6.129.188.519,30	**75,71%**
5	BAHIA	69.788.935.884,52	57.540.811.794,00	**82,45%**	57.540.811.794,00	**82,45%**
8	ESPÍRITO SANTO	5.252.097.895,00	212.020.638,93	**4,04%**	212.020.639,00	**4,04%**
10	MARANHÃO	17.975.897.238,64	12.304.761.314,91	**68,45%**	12.279.208.980,23	**68,31%**
11	MATO GROSSO	19.937.531.183,14	12.174.428.240,03	**61,06%**	12.171.935.831,13	**61,05%**
12	MATO GROSSO DO SUL	18.720.619.762,19	9.555.245.420,23	**51,04%**	9.555.245.420,23	**51,04%**
14	PARÁ	5.567.317.626,87	1.482.178.258,37	**26,62%**	1.441.575.142,24	**25,89%**
17	PERNAMBUCO	42.965.449.425,76	34.190.442.626,44	**79,58%**	33.806.378.531,69	**78,68%**
18	PIAUÍ	22.628.365.109,36	18.653.308.548,82	**82,43%**	18.653.308.548,82	**82,43%**
19	RIO DE JANEIRO	208.793.646.000,00	123.333.579.000,00	**59,07%**	121.993.907.000,00	**58,43%**
20	RIO GRANDE DO NORTE	2.130.460.604,27	-14.351.318,79	**-0,67%**	-14.351.318,79	**-0,67%**
22	RONÔNIA	7.109.886.221,53	3.414.968.049,70	**48,03%**	3.414.958.049,70	**48,03%**
23	RORAIMA	1.867.730.415,32	383.232.987,12	**20,52%**	383.232.987,12	**20,52%**
24	SANTA CATARINA	19.280.060.000,00	789.598.000,00	**4,10%**	171.217.000,00	**0,89%**
27	TOCANTINS	8.028.552.243,21	6.496.360.287,84	**80,92%**	6.496.360.287,84	**80,92%**
	TOTAL	**458.142.344.805,55**	**286.645.772.366,90**	**62,57%**	**284.234.997.412,51**	**62,04%**

		2012				
	ENTE DA FEDERAÇÃO	**passivo**	**PROVISÃO TOTAL**		**PROV. MAT. PREV.**	
1	ACRE	7.740.277.666,88	1.076.063.575,18	**13,90%**	1.076.063.575,18	**13,90%**
4	AMAZONAS	6.074.267.716,88	318.696.338,01	**5,25%**	318.696.338,01	**5,25%**
5	BAHIA	124.866.362.219,96	109.737.071.037,04	**87,88%**	109.737.071.037,04	**87,88%**
8	ESPÍRITO SANTO	6.741.846.812,07	284.613.025,47	**4,22%**	282.493.207,00	**4,19%**
10	MARANHÃO	15.110.706.894,25	9.902.020.152,51	**65,53%**	9.887.267.817,83	**65,43%**
11	MATO GROSSO	25.704.539.339,87	13.612.695.464,00	**52,96%**	13.595.086.659,40	**52,89%**
12	MATO GROSSO DO SUL	53.778.572.941,39	44.611.094.795,02	**82,95%**	44.601.944.261,49	**82,94%**
14	PARÁ	6.521.653.621,90	2.694.512.312,78	**41,32%**	2.651.635.000,00	**40,66%**
17	PERNAMBUCO	49.999.464.670,41	38.815.518.819,23	**77,63%**	38.815.518.819,03	**77,63%**
18	PIAUÍ	20.356.311.392,19	15.850.119.929,00	**77,86%**	15.850.119.929,01	**77,86%**
19	RIO DE JANEIRO	227.768.105.000,00	135.664.395.000,00	**59,56%**	134.342.694.000,00	**58,98%**
20	RIO GRANDE DO NORTE	(5.559.762.007,71)	(7.925.569.927,45)	**142,55%**	(7.925.569.927,45)	**142,55%**
22	RONÔNIA	4.476.602.359,49	729.473.310,19	**16,30%**	729.473.310,19	**16,30%**
23	RORAIMA	2.634.200.598,69	383.232.987,12	**14,55%**	383.232.987,12	**14,55%**
24	SANTA CATARINA	15.682.221.000,00	787.741.000,00	**5,02%**	158.495.000,00	**1,01%**
27	TOCANTINS	9.880.830.844,99	7.701.701.369,12	**77,95%**	7.701.701.369,12	**77,95%**
	TOTAL	**571.776.201.071,26**	**374.243.379.187,22**	**65,45%**	**372.205.923.382,97**	**65,10%**

		2013				
	ENTE DA FEDERAÇÃO	**passivo**	**PROVISÃO TOTAL**		**PROV. MAT. PREV.**	
1	ACRE	10.928.070.294,92	7.594.855.614,87	**69,50%**	7.594.855.614,87	**69,50%**
4	AMAZONAS	7.324.165.050,52	1.177.708.427,89	**16,08%**	1.177.708.427,28	**16,08%**
5	BAHIA	139.777.207.700,85	121.609.575.165,27	**87,00%**	121.609.529.158,80	**87,00%**
7	DISTRITO FEDERAL	12.565.403.874,48	(1.035.793.366,42)	**-8,24%**	(1.103.881.828,98)	**-8,79%**
8	ESPÍRITO SANTO	7.633.540.478,62	682.529.457,08	**8,94%**	682.529.457,08	**8,94%**
10	MARANHÃO	8.015.758.175,09	1.489.603.239,41	**18,58%**	1.464.850.904,73	**18,27%**
11	MATO GROSSO	25.704.539.339,87	14.631.970.068,71	**56,92%**	13.799.717.853,47	**53,69%**
12	MATO GROSSO DO SUL	52.454.371.256,62	51.435.616.537,80	**98,06%**	51.406.023.902,42	**98,00%**
14	PARÁ	5.746.093.318,78	2.049.099.146,87	**35,66%**	2.031.144.090,32	**35,35%**
17	PERNAMBUCO	57.734.663.473,33	44.096.874.349,98	**76,38%**	44.061.504.793,43	**76,32%**
18	PIAUÍ	20.837.849.051,91	15.850.119.929,01	**76,06%**	15.850.119.929,01	**76,06%**
19	RIO DE JANEIRO	252.497.439.423,49	152.738.453.935,53	**60,49%**	151.437.660.293,05	**59,98%**
20	RIO GRANDE DO NORTE	(5.265.328.523,33)	(7.925.569.927,45)	**150,52%**	(7.925.569.927,45)	**150,52%**
22	RONÔNIA	5.736.740.744,84	872.767.948,06	**15,21%**	872.767.948,06	**15,21%**
23	RORAIMA	2.851.119.843,44	386.267.204,51	**13,55%**	383.232.987,12	**13,44%**
24	SANTA CATARINA	23.060.135.604,06	989.895.560,83	**4,29%**	333.875.079,43	**1,45%**
25	SÃO PULO	265.940.673.317,82	2.763.345.197,25	**1,04%**	2.063.721.383,00	**0,78%**
27	TOCANTINS	16.468.269.423,33	13.908.684.899,01	**84,46%**	13.908.684.899,01	**84,46%**
	TOTAL	**910.010.711.848,64**	**423.316.003.388,21**	**46,52%**	**419.648.474.964,65**	**46,11%**

		2014				
	ENTE DA FEDERAÇÃO	**Passivo**	**PROVISÃO TOTAL**		**PROV. MAT. PREV.**	
1	ACRE	12.540.615.986,50	8.848.909.736,60	**70,56%**	8.848.909.736,00	**70,56%**
4	AMAZONAS	8.074.536.189,09	1.588.581.710,55	**19,67%**	1.578.984.432,69	**19,56%**
5	BAHIA	160.342.322.258,21	139.175.975.532,10	**86,80%**	139.175.001.783,63	**86,80%**
7	DISTRITO FEDERAL	7.774.919.994,03	(1.772.700.731,64)	**-22,80%**	(1.802.786.656,44)	**-23,19%**
8	ESPÍRITO SANTO	7.776.289.771,61	892.019.610,42	**11,47%**	892.019.610,42	**11,47%**
10	MARANHÃO	6.948.570.703,66	1.161.590.230,26	**16,72%**	1.136.836.463,39	**16,36%**
11	MATO GROSSO	25.181.135.507,73	15.528.379.790,21	**61,67%**	14.617.428.951,68	**58,05%**
12	MATO GROSSO DO SUL	9.525.889.632,91	492.762.684,94	**5,17%**	44.598.835,22	**0,47%**
14	PARÁ	6.941.803.381,12	2.716.144.214,52	**39,13%**	2.702.431.905,09	**38,93%**
18	PIAUÍ	4.879.055.574,55	89.878.945,10	**1,84%**	89.878.945,10	**1,84%**
19	RIO DE JANEIRO	289.339.875.032,95	178.184.594.808,23	**61,58%**	176.791.321.900,48	**61,10%**
21	RIO GRANDE DO SUL	92.036.668.553,51	7.475.840.849,67	**8,12%**	5.534.189.184,42	**6,01%**
22	RONÔNIA	5.500.180.715,42	820.766.382,95	**14,92%**	820.766.382,95	**14,92%**
23	RORAIMA	3.514.371.380,45	1.218.748.445,41	**34,68%**	820.766.382,95	**23,35%**
24	SANTA CATARINA	26.766.286.448,82	1.320.908.569,97	**4,93%**	771.238.320,19	**2,88%**
25	SÃO PULO	268.781.788.619,17	7.878.225.064,36	**2,93%**	248.248.652,00	**0,09%**
27	TOCANTINS	21.129.572.859,55	17.543.472.668,59	**83,03%**	17.543.472.668,59	**83,03%**
	TOTAL	**957.053.882.609,28**	**383.164.098.512,24**	**40,04%**	**369.813.307.498,36**	**38,64%**

APÊNDICE G – Relação entre as Provisões Totais e Provisões Matemáticas Previdenciárias com o Ativo Total

		2011				
	ENTE DA FEDERAÇÃO	**ativo**	**PROVISÃO TOTAL**		**PROV. MAT. PREV.**	
1	ACRE	2.595.659.019,89	6.129.188.519,30	**236,13%**	6.129.188.519,30	**236,13%**
5	BAHIA	17.281.609.600,04	57.540.811.794,00	**332,96%**	57.540.811.794,00	**332,96%**
8	ESPÍRITO SANTO	16.765.254.839,00	212.020.638,93	**1,26%**	212.020.639,00	**1,26%**
10	MARANHÃO	7.510.437.057,04	12.304.761.314,91	**163,84%**	12.279.208.980,23	**163,50%**
11	MATO GROSSO	29.415.341.229,02	12.174.428.240,03	**41,39%**	12.171.935.831,13	**41,38%**
12	MATO GROSSO DO SUL	7.970.934.865,57	9.555.245.420,23	**119,88%**	9.555.245.420,23	**119,88%**
14	PARÁ	10.101.535.537,94	1.482.178.258,37	**14,67%**	1.441.575.142,24	**14,27%**
17	PERNAMBUCO	22.959.045.943,29	34.190.442.626,44	**148,92%**	33.806.378.531,69	**147,25%**
18	PIAUÍ	4.031.590.916,26	18.653.308.548,82	**462,68%**	18.653.308.548,82	**462,68%**
19	RIO DE JANEIRO	118.022.830.000,00	123.333.579.000,00	**104,50%**	121.993.907.000,00	**103,36%**
20	RIO GRANDE DO NORTE	3.703.614.526,72	-14.351.318,79	**-0,39%**	-14.351.318,79	**-0,39%**
22	RONÔNIA	10.266.869.453,48	3.414.968.049,70	**33,26%**	3.414.958.049,70	**33,26%**
23	RORAIMA	5.392.681.341,46	383.232.987,12	**7,11%**	383.232.987,12	**7,11%**
24	SANTA CATARINA	16.135.570.000,00	789.598.000,00	**4,89%**	171.217.000,00	**1,06%**
27	TOCANTINS	5.878.374.536,90	6.496.360.287,84	**110,51%**	6.496.360.287,84	**110,51%**
	TOTAL	**278.031.348.866,61**	**286.645.772.366,90**	**103,10%**	**284.234.997.412,51**	**102,23%**

		2012				
	ENTE DA FEDERAÇÃO	**ativo**	**PROVISÃO TOTAL**		**PROV. MAT. PREV.**	
1	ACRE	3.520.370.441,72	1.076.063.575,18	**30,57%**	1.076.063.575,18	**30,57%**
4	AMAZONAS	11.602.318.348,34	318.696.338,01	**2,75%**	318.696.338,01	**2,75%**
5	BAHIA	20.327.547.234,03	109.737.071.037,04	**539,84%**	109.737.071.037,04	**539,84%**
8	ESPÍRITO SANTO	12.709.957.180,00	284.613.025,47	**2,24%**	282.493.207,00	**2,22%**
10	MARANHÃO	8.793.524.330,50	9.902.020.152,51	**112,61%**	9.887.267.817,83	**112,44%**
11	MATO GROSSO	53.002.871.152,07	13.612.695.464,00	**25,68%**	13.595.086.659,40	**25,65%**
12	MATO GROSSO DO SUL	8.788.329.039,96	44.611.094.795,02	**507,62%**	44.601.944.261,49	**507,51%**
14	PARÁ	12.095.232.154,82	2.694.512.312,78	**22,28%**	2.651.635.000,00	**21,92%**
17	PERNAMBUCO	25.485.877.831,71	38.815.518.819,23	**152,30%**	38.815.518.819,03	**152,30%**
18	PIAUÍ	5.109.005.853,38	15.850.119.929,00	**310,24%**	15.850.119.929,01	**310,24%**
19	RIO DE JANEIRO	131.738.849.000,00	135.664.395.000,00	**102,98%**	134.342.694.000,00	**101,98%**
20	RIO GRANDE DO NORTE	9.673.855.454,11	(7.925.569.927,45)	**-81,93%**	(7.925.569.927,45)	**-81,93%**
22	RONÔNIA	11.865.093.135,87	729.473.310,19	**6,15%**	729.473.310,19	**6,15%**
23	RORAIMA	7.142.012.584,95	383.232.987,12	**5,37%**	383.232.987,12	**5,37%**
24	SANTA CATARINA	17.708.263.000,00	787.741.000,00	**4,45%**	158.495.000,00	**0,90%**
27	TOCANTINS	7.183.534.478,88	7.701.701.369,12	**107,21%**	7.701.701.369,12	**107,21%**
	TOTAL	**346.746.641.220,34**	**374.243.379.187,22**	**107,93%**	**372.205.923.382,97**	**107,34%**

		2013				
	ENTE DA FEDERAÇÃO	**ativo**	**PROVISÃO TOTAL**		**PROV. MAT. PREV.**	
1	ACRE	12.035.045.338,88	7.594.855.614,87	**63,11%**	7.594.855.614,87	**63,11%**
4	AMAZONAS	27.486.510.536,99	1.177.708.427,89	**4,28%**	1.177.708.427,28	**4,28%**
5	BAHIA	24.335.490.043,97	121.609.575.165,27	**499,72%**	121.609.529.158,80	**499,72%**
7	DISTRITO FEDERAL	75.063.343.342,34	(1.035.793.366,42)	**-1,38%**	(1.103.881.828,98)	**-1,47%**
8	ESPÍRITO SANTO	32.493.762.901,81	682.529.457,08	**2,10%**	682.529.457,08	**2,10%**
10	MARANHÃO	11.419.131.622,81	1.489.603.239,41	**13,04%**	1.464.850.904,73	**12,83%**
11	MATO GROSSO	53.002.871.132,07	14.631.970.068,71	**27,61%**	13.799.717.853,47	**26,04%**
12	MATO GROSSO DO SUL	12.530.986.127,63	51.435.616.537,80	**410,47%**	51.406.023.902,42	**410,23%**
14	PARÁ	13.560.087.009,65	2.049.099.146,87	**15,11%**	2.031.144.090,32	**14,98%**
17	PERNAMBUCO	28.532.400.945,08	44.096.874.349,98	**154,55%**	44.061.504.793,43	**154,43%**
18	PIAUÍ	5.605.621.210,08	15.850.119.929,01	**282,75%**	15.850.119.929,01	**282,75%**
19	RIO DE JANEIRO	122.758.849.902,78	152.738.453.935,53	**124,42%**	151.437.660.293,05	**123,36%**
20	RIO GRANDE DO NORTE	8.930.642.554,62	(7.925.569.927,45)	**-88,75%**	(7.925.569.927,45)	**-88,75%**
22	RONÔNIA	12.544.746.533,48	872.767.948,06	**6,96%**	872.767.948,06	**6,96%**
23	RORAIMA	7.937.263.329,01	386.267.204,51	**4,87%**	383.232.987,12	**4,83%**
24	SANTA CATARINA	20.842.333.298,55	989.895.560,83	**4,75%**	333.875.079,43	**1,60%**
25	SÃO PULO	318.087.170.747,38	2.763.345.197,25	**0,87%**	2.063.721.383,00	**0,65%**
27	TOCANTINS	7.728.753.254,41	13.908.684.899,01	**179,96%**	13.908.684.899,01	**179,96%**
	TOTAL	**794.895.009.831,54**	**423.316.003.388,21**	**53,25%**	**419.648.474.964,65**	**52,79%**

		2014				
	ENTE DA FEDERAÇÃO	**ativo**	**PROVISÃO TOTAL**		**PROV. MAT. PREV.**	
1	ACRE	4.573.770.476,74	8.848.909.736,60	**193,47%**	8.848.909.736,00	**193,47%**
4	AMAZONAS	13.244.961.946,17	1.588.581.710,55	**11,99%**	1.578.984.432,69	**11,92%**
5	BAHIA	27.566.453.726,16	139.175.975.532,10	**504,87%**	139.175.001.783,63	**504,87%**
7	DISTRITO FEDERAL	39.576.612.167,47	(1.772.700.731,64)	**-4,48%**	(1.802.786.656,44)	**-4,56%**
8	ESPÍRITO SANTO	17.445.881.282,23	892.019.610,42	**5,11%**	892.019.610,42	**5,11%**
10	MARANHÃO	12.727.901.459,41	1.161.590.230,26	**9,13%**	1.136.836.463,39	**8,93%**
11	MATO GROSSO	50.612.264.726,21	15.528.379.790,21	**30,68%**	14.617.428.951,68	**28,88%**
12	MATO GROSSO DO SUL	9.813.025.089,07	492.762.684,94	**5,02%**	44.598.835,22	**0,45%**
14	PARÁ	16.422.886.417,05	2.716.144.214,52	**16,54%**	2.702.431.905,09	**16,46%**
18	PIAUÍ	5.534.247.159,26	89.878.945,10	**1,62%**	89.878.945,10	**1,62%**
19	RIO DE JANEIRO	125.029.968.664,13	178.184.594.808,23	**142,51%**	176.791.321.900,48	**141,40%**
21	RIO GRANDE DO SUL	74.674.143.882,03	7.475.840.849,67	**10,01%**	5.534.189.184,42	**7,41%**
22	RONÔNIA	13.778.831.098,02	820.766.382,95	**5,96%**	820.766.382,95	**5,96%**
23	RORAIMA	8.827.735.500,86	1.218.748.445,41	**13,81%**	820.766.382,95	**9,30%**
24	SANTA CATARINA	29.163.982.832,22	1.320.908.569,97	**4,53%**	771.238.320,19	**2,64%**
25	SÃO PULO	341.022.895.064,41	7.878.225.064,36	**2,31%**	248.248.652,00	**0,07%**
27	TOCANTINS	8.869.193.940,41	17.543.472.668,59	**197,80%**	17.543.472.668,59	**197,80%**
	TOTAL	**798.884.755.431,85**	**383.164.098.512,24**	**47,96%**	**369.813.307.498,36**	**46,29%**